

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 19

16 de setembro de 2020

(17:16 h – 19:58 h)

Ordem do dia:

Audição da Dr.ª Nádia Piazza – ex-Presidente da Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados oradores: João Pinho de Almeida (CDS-PP)

João Gouveia (PS)

Emília Cerqueira (PSD)

Ricardo Vicente (BE)

João Dias (PCP)

Ana Passos (PS)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Eram 17 horas e 16 minutos.

Esta reunião destina-se à audição da Sr.^a Dr.^a Nádía Piazza, na qualidade de ex-Presidente da Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, a requerimento dos grupos parlamentares do Partido Socialista e do CDS-PP, mas votada por toda a Comissão.

Dou as boas-vindas à nossa depoente, agradeço a sua presença e, conforme é habitual na Comissão, embora conste da convocatória, passo a dar conta do modelo em que vai funcionar a nossa audição: temos três rondas possíveis, sendo que a primeira consiste numa intervenção de 8 minutos por cada grupo parlamentar, em modelo de pergunta/resposta; a segunda ronda, caso seja necessária, terá intervenções de 5 minutos por cada grupo parlamentar, com resposta global no final; e, também se for necessário, haverá uma terceira ronda com 3 minutos para cada grupo parlamentar, sendo ainda concedida a cada um dos Srs. Deputados, se assim o entenderem, a possibilidade de falar, em nome próprio, por 2 minutos.

Do modelo das nossas audições também consta uma intervenção inicial do depoente para enquadrar a sua presença na Comissão, se entender fazê-lo, até um máximo de 15 minutos.

Portanto, Sr.^a Dr.^a Nádía Piazza, começo por lhe perguntar se pretende usar da palavra no início ou se começamos, desde já, a audição.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza** (ex-Presidente da Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande): — Muito boa tarde a todos, podemos começar desde já.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos, então, dar início à nossa audição com as perguntas do Grupo Parlamentar do CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria, em nome pessoal e em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, cumprimentar a Sr.^a Dr.^a Nádia Piazza e exprimir a nossa solidariedade, institucional e pessoal, quer pelo que pessoalmente passou com esta situação, quer pelo que viveu por ter exercido funções na presidência desta Associação, primeiro, até antes de se formar a Associação e, depois, no período logo a seguir ao incêndio, com todo o impacto pessoal que, naturalmente, toda esta questão teve.

Começo exatamente pelas questões relativas às pessoas. Nesta Comissão avaliamos os apoios e a minha primeira questão é no sentido de saber, relativamente àqueles que perderam os seus entes queridos, se os processos indemnizatórios – o pouco que o Estado pode fazer para, de alguma forma, reparar o irreparável, que é a perda de familiares – estão encerrados e correram bem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Relativamente a isso, e só posso reportar-me até dezembro de 2019, que foi quando encerrei funções – a tomada de posse da nova direção foi no princípio de janeiro de 2020 –, o processo foi mais ou menos público nas fases todas. A Associação acompanhou desde o

princípio, até na parte da nomeação daquele conselho consultivo que balizou o processo indemnizatório e a fórmula indemnizatória, que depois correu junto da Provedoria de Justiça.

A impressão que tenho – minha e de outras pessoas – é a de que correu serenamente. Não tenho nada a manifestar sobre isso... Acho que, depois de superada a questão da responsabilidade do Estado, o processo decorreu rapidamente e de forma muito serena. Neste caso, tenho de dar os parabéns – e gostava de o dizer publicamente – à Provedoria de Justiça, porque sempre esteve muito, muito, presente, ajudando particularmente as pessoas... Estamos a falar de uma realidade em que as pessoas não recorriam a advogados para estas questões. Isto correu à margem de qualquer tipo de intervenção direta de advogados e dos tribunais e a Provedoria fez o seu papel, ajudou as pessoas.

Estamos a falar de pessoas idosas, muitas delas pessoas simples, que não percebiam os formulários e aquilo tudo... Se recorressem à Associação, ajudávamos, mas eram questões muito particulares e as pessoas tinham pudor. Nessa medida, foram superadas muitas questões. Por exemplo, não era necessário o relatório da autópsia, mas muitos de nós pedimos esse relatório; e a questão do capítulo sexto, que sempre foi fundamental, porque, efetivamente, nós queríamos esse capítulo, mas havia toda aquela questão da proteção de dados, também superada juntamente com o Governo, sendo cedido a cada pessoa o seu extrato. A própria Provedoria já tinha acesso a isso, de modo que diziam: «não é preciso citar, temos esse acesso».

Foi sereno. Não posso dizer o contrário.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Doutora, para efeitos de esclarecimento e de gravação, o «capítulo sexto» a que se refere é do relatório da Comissão Independente, e tem a ver com a proteção de dados,

ou é do relatório do Prof. Xavier Viegas? Eu sei qual é, mas é importante que diga a qual dos dois relatórios se refere, não posso ser eu a fazê-lo.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Sim, peço desculpa. Refiro-me ao capítulo sexto do relatório do Prof. Xavier Viegas e da sua equipa, no fundo, do CEIF (Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais).

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela colaboração.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr.^a Doutora.

Sr. Presidente, achei que era melhor ser a depoente a dizer do que eu a retirar a conclusão, apesar de saber.

O Sr. **Presidente**: — Obviamente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Relativamente a estes processos, houve uma primeira fase em que foram consideradas as vítimas mortais e, depois, uma alteração relativamente a feridos graves.

Relativamente aos feridos graves, e agora não estamos só a falar de questões indemnizatórias mas também de assistência médica, por aquilo que chegou à Associação – obviamente, estamos sempre a falar daquilo que chegou à Associação e de que teve conhecimento –, o que lhe pergunto é se o acompanhamento foi o adequado e se continua a ser assim.

Reportando a dezembro de 2019, como disse, pergunto-lhe se aqueles feridos, que infelizmente não são poucos e que continuam a necessitar de cuidados de saúde com regularidade, os têm e na medida adequada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, por favor.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Eu começaria por dizer o seguinte: todo esse processo foi sempre muito delicado e as pessoas tinham algum pudor em expor as suas situações. Relativamente aos feridos graves, foi um pouco mais aberto, porque as pessoas estavam vivas e a passar momentos muitos complicados.

Como sabem, o Conselho Consultivo foi o mesmo, mas a fórmula encontrada era muito mais elaborada, levou mais tempo e ficou para uma segunda fase. A primeira fase foi a das vítimas mortais, em que já não havia nada a fazer, e a segunda fase foi a dos feridos graves. O que nos foi transmitido foi que levou muito tempo entre a fase da estipulação da fórmula e o atendimento efetivo. Temos de ver que as pessoas estavam com problemas em comprar pomadas, em ter as camas, as roupas técnicas e aquele equipamento todo, como os cadeirões, e isso chegava até nós.

Nessa altura, estivemos junto da Fundação Calouste Gulbenkian e de outras entidades a interceder no sentido de repassar as necessidades desses feridos, o que, para nós, era um pouco estranho, porque eram pessoas que estavam perfeitamente identificadas. Não estamos só a falar dos feridos graves, estamos a falar dos feridos em geral. O que sinto – vou falar em «sentir», porque não vivi particularmente cada caso e não sei como é que as pessoas reportavam isso às entidades de saúde, pelo que quero fazer esta ressalva –, daquilo que me apercebia, essas pessoas foram um pouco deixadas à margem. Ou seja, eram tratadas, mas depois era preciso um acompanhamento quase constante e muitas não tinham suporte financeiro para tal. Entende? Não tinham uma poupança para fazer face ao revés que estavam a ter.

Se me perguntar se isso era um problema de comunicação entre cada ferido e a entidade de saúde, não sei dizer. Mas, de facto, aconteceu e chegou-nos aos ouvidos, senão não o teríamos reportado à Fundação

Calouste Gulbenkian. Eu achava um absurdo como é que íamos solicitar a uma fundação, através da solidariedade, algo que deveria ser o Estado a proporcionar. Isso que fique para o futuro, para que não volte a acontecer.

É como digo, não sei como é que isso foi possível, mas o certo é que a Fundação Calouste Gulbenkian – e tenho essa muito presente, porque não foram só um ou dois os casos que reportamos, foram vários – ajudou particularmente aquelas pessoas, no sentido de saber quais eras as suas necessidades e de saber que tipo de equipamentos, de pomadas e de roupa, roupa de cama especial, precisavam.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem a palavra para prosseguir.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr.^a Doutora, já vamos à questão do envolvimento do Estado, mas agora pergunto: isso foi num momento inicial e depois as coisas melhoraram do ponto de vista da relação das pessoas com as entidades de saúde, ficando claro como poderiam ser apoiadas? Manteve-se assim? As pessoas continuaram a queixar-se ou deixaram de se queixar?

Obviamente, há equipamentos que só são adquiridos uma vez, como por exemplo o cadeirão. Se estamos a falar de vestuário, aí já depende dos casos, mas, por exemplo, as pomadas são uma necessidade permanente.

O apoio da Fundação Calouste Gulbenkian veio a certa altura, mas o que pergunto é: e depois? Passou a haver resposta por parte das autoridades de saúde? Manteve-se a necessidade de recorrer a outro tipo de entidades? O que aconteceu?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Essa é uma pergunta muito particular à qual não sei responder. Não vale a pena estar a inventar e não me vou manifestar sobre isso.

Agora, a questão indemnizatória, sobretudo aquela primeira *tranche* que a Provedoria propôs ao Governo avançar, contribuiu muito para acalmar um pouco os ânimos das pessoas, porque fizeram face a alguma coisa com o dinheiro que receberam. Mas não me vou manifestar quanto ao que não sei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A Sr.^a Doutora dir-me-á se também tem esta noção, mas temos ouvido vários intervenientes dizer que, do ponto de vista das entidades públicas, no que diz respeito aos apoios a perdas materiais, houve uma coordenação por parte da CCDR Centro (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) que as pessoas sentiram como efetiva, falando muitas vezes da então Presidente, a Dr.^a Ana Abrunhosa, como uma pessoa que, relativamente às questões dos prejuízos materiais, tratava mais proximamente dos processos e os agilizava.

Naturalmente, a CCDR Centro não tinha qualquer competência na área da saúde e, portanto, pergunto-lhe: havia alguém ou alguma entidade – fosse da Administração Regional de Saúde do Centro (ARS Centro), fosse de algum dos centros de saúde das unidades de saúde da região, fosse de um hospital, designadamente em Coimbra, que, tendo unidade de queimados, teria mais possibilidade de dar esse apoio – que respondesse pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS) quanto a essa matéria e fizesse essa articulação?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, tem a palavra para responder.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Sim, havia. Posso dizer que a primeira reunião que tivemos com o Governo, que solicitamos, foi com 13 ministros e um deles era o Dr. Adalberto, então Ministro da Saúde. Daquela reunião saiu a ideia da criação de uma comissão na área da saúde. Efetivamente, essa comissão foi criada e era muito alargada. Fizemos parte de, pelo menos, duas reuniões... Ou seja, fomos incluídos nessa Comissão e, inclusivamente, havia um elemento da direção, na área da saúde, que fez parte dela. Recordo-me que era, sobretudo, a área da psiquiatria, da questão dos queimados... Era uma comissão bastante alargada à ARS Centro e não só.

Tivemos uma outra reunião, passado já bastante tempo, aqui em Lisboa, com a Dr.^a Marta Temido e com a Secretária de Estado da Saúde no sentido de haver mais acompanhamento junto dos feridos.

O que lhe posso responder é que sim, foi criada uma Comissão, ficámos com o contacto de um *pivot*, digamos assim, e os nossos associados, eventualmente, ligavam-nos para intercedermos junto deles, para conversar ou para terem esse contacto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A partir daí, esse canal funcionava? Ou seja, havia esse diálogo e as situações resolviam-se?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Sim, com essa comissão era assim.

Houve dois momentos. Inicialmente, essa comissão foi um pouco fechada, hermética, no sentido de produzir conhecimento. Era uma comissão que estava a apalpar terreno. Logicamente, dentro dos seus saberes não precisam que ninguém lhes ensine nada, mas dentro do quadro de crise e de

catástrofe estavam a trilhar caminho e, por isso, era uma comissão bastante alargada. A nossa crítica era um pouco a seguinte: estamos a produzir material, mas e no terreno? Quando é que chega?

Só a partir de uma segunda fase, se a posso chamar assim, é que efetivamente sentimos, então, o que era a produção de saber, num contexto inédito de catástrofe. Essa produção de saber começou a ser decalcada no terreno. Uma das medidas que, na altura, recordo ter ficado pendente e não sei como está hoje, foi a formação que vinha de baixo para cima, ou seja, das instituições a nível superior, da Administração Central, da saúde, que, depois, davam formação a entidades, a pessoas que precisassem dessa formação, justamente no sentido de dar essa resposta em caso de catástrofe. Estamos a falar de saúde mental e outras.

A última reunião que tivemos com a Dr.^a Marta Temido foi justamente para dizer que essa formação não estava a acontecer, até porque um dos nossos elementos era da área da saúde e fazia parte da comissão. Esse relatório é público, temo-lo na Associação, penso que também está no *site*. Apesar de o termos recebido, já consegui ir buscá-lo ao *site*. Porquê? Pela importância do dia a seguir. Vai repetir-se a produção de saber, fórmulas, fluxogramas? Isso está superado, penso eu! Se voltar a acontecer, espero que não voltemos novamente a fazer documentos para um dia executarmos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É exatamente por causa dessa concretização prática que estava a perguntar.

Há uma área que tem sido aqui abordada por outros intervenientes, a área da saúde mental, que é importantíssima no quadro de catástrofe, como disse que aconteceu, para os sobreviventes, para todos aqueles que foram afetados, para os familiares que perderam os seus entes queridos. A queixa

principal que tem sido feita, em termos da resposta de saúde mental, é que as pessoas – psiquiatras ou psicólogos que intervêm no terreno – mudaram com muita frequência, com o custo que todos sabemos que isso tem, do ponto de vista do acompanhamento em saúde mental, porque o histórico é fundamental.

É dramático mesmo, num caso destes, numa situação pós-traumática, que a pessoa tenha de contar várias vezes o que aconteceu e expor o seu trauma a pessoas diferentes. Isto aconteceu! Sabemos que aconteceu! Alguma vez esta situação foi debatida com as autoridades de saúde? Houve alguma evolução nesse sentido, para tentar estabilizar equipas, dando assim maior tranquilidade e um acompanhamento mais efetivo às vítimas?

O Sr. Presidente: — Pode responder, Dr.^a Nádía Piazza.

A Dr.^a Nádía Piazza: — Isso aconteceu efetivamente e foi muito preocupante no caso dos familiares das vítimas, porque a questão da saúde mental foi transversal. Mesmo quem assistiu ao fogo apenas ou o viveu mesmo à distância, foi algo muito transversal e a nível nacional. Teve mais incidência a nível local, é lógico, mas também houve a nível nacional.

Voltando só àquela região, sabemos que, depois, houve a questão de muitas pessoas serem da região da grande Lisboa. Temos muitos familiares que eram aqui da região da grande Lisboa. O que nos foi reportado é que havia um certo distanciamento por parte dos técnicos, quando era da região de Lisboa, à catástrofe, porque era uma pessoa perdida no meio de um sistema muito vasto, de muitos problemas. O que nos era reportado era que chegavam lá e perdiam o fôlego, mas pelo distanciamento do problema, com os técnicos de saúde distanciados do problema.

Lá, por sua vez, a questão da mudança, sobretudo na área de psiquiatria, era constante. Entretanto, depois, do que me recordo,

mantiveram-se duas pessoas que vinham regularmente. A notícia que tenho é que essas duas pessoas se mantiveram.

Posso dizer, e vejo pelo meu caso particular, que cada pessoa tem o seu tempo. É lógico que, no início, era preciso atacar de uma forma muito imediata, por causa das depressões e do trauma. A questão do trauma e do pós-trauma é muito importante, é evidente. Quem acha que não o é não viveu algo parecido com aquilo. O *stress* pós-traumático é e foi muito presente.

O que nos foi dito é que, com o tempo, as pessoas também se iam revelando, não era necessariamente logo. Há pessoas que guardavam mais para si e a resposta da saúde, depois, não podia estar distante, porque as pessoas quando o revelassem é que podiam... Normalmente, quem guarda, quando o trauma se revela e vem ao de cima, ainda é pior! A preocupação eram os suicídios, o excesso de álcool, de drogas, a violência. Era algo muito premente e muito presente na nossa realidade.

As crianças também são muito problemáticas; há crianças que, ainda hoje, não dormem longe dos pais, crianças que estão sempre preocupadas. Nós vivemos o incêndio constantemente. Da minha varanda, já assisti a três incêndios, o de Proença e o de Oleiros, por exemplo. É constante! Nós assistimos a incêndios na nossa zona constantemente! Então, é difícil esquecer e ultrapassar isto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, passaríamos agora para a questão dos apoios em relação às perdas de bens materiais.

A questão que aqui tem sido mais discutida – todos o sabemos – é a da reconstrução das habitações. Queria perguntar, em primeiro lugar, se a

Associação teve algum papel ou alguma intervenção no processo de reconstrução de habitações.

O Sr. **Presidente**: — Dr.^a Nádia, pode responder.

A Dr.^a **Nádia Piazza**: — Relativamente ao início do processo de reconstrução das casas propriamente dito, não, a Associação não foi chamada para participar nesse processo.

Se V.^a Ex.^a me perguntar se isso foi bem ou mal, vou responder que também não via por que razão a Associação devesse ter um papel naquele caso em concreto. Eram questões técnicas.

Mas que houve uma resposta muito rápida no sentido de haver um apuramento e um levantamento dos prejuízos, houve. Foi logo na semana seguinte, a partir do dia 24, quando já havia uma segurança mínima, que as equipas foram para o terreno fazer o levantamento dos prejuízos.

O que a Associação fez foi acompanhar os processos, pois esse era o nosso papel – fazer acompanhamento, pressão, sensibilização –, porque não somos técnicos especialistas em nada. Dada a nossa situação, menos ainda. O que fazíamos, sobretudo, era pressão e acompanhamento.

Relativamente ao papel concreto que tivemos – não consigo precisar a data, mas foi em 2017 –, reunimos com o Presidente do Fundo REVITA, o Dr. Rui Fiolhais, e com um membro do Governo no sentido de manifestarmos a nossa preocupação, e tenho aqui, depois posso facultar, a carta que faz referência a essa reunião, muito no princípio, quando a Associação ainda não existia formalmente, e de alertarmos para o processo de gestão dos donativos. A nossa preocupação era a transparência do processo. Responderam-nos que o processo estava a ser acompanhado pela PwC. Só depois é que nos apercebemos que a preocupação com o REVITA, logo no princípio – hoje estou a fazer um juízo de como foi –, era como é

que o dinheiro chegava, se chegava, quem entregava, para que contas ia. Estou a falar de dinheiro, porque aos bens já lá vamos. Acho que a preocupação foi a da entrada, mas a nossa preocupação não era essa, porque isso superava, em muito; a nossa preocupação era a saída, era a forma como o dinheiro era depois distribuído e aplicado no território. Essa era a nossa preocupação! Acredite que nunca me passou pela cabeça como é que entrava, era impensável que fundos entravam seja pela Cáritas, seja pela Gulbenkian, seja pelo Estado fossem... Não foi esse o pensamento, mas percebi que era o pensamento de quem disse: «Não, somos auditados pela PwC».

Depois, passado algum tempo, nem se falava das casas, essa questão não se colocava, mas o que sentimos na questão dos donativos em espécie – naquela altura, colocavam-se os donativos em espécie – foi uma inundação. Não havia pavilhão que não estivesse completamente cheio! Foi uma experiência que, para muitas entidades, sobretudo locais e para a Cruz Vermelha, deveria ficar em termos de boas práticas. Foi uma coisa impensável a quantidade de donativos em espécie que as pessoas, dentro e fora do País, entregaram àquela região. Era difícil toda a logística e, depois, a triagem. A Cruz Vermelha, depois, ficou à frente da triagem, porque havia muita coisa que não tinha fim, não tinha destino nenhum. Então, o problema era guardar, entregar, entregar a quem, entregar como.

Houve municípios que criaram carrinhas com uma equipa multidisciplinar lá dentro, em que havia efetivamente até um inventário para saber quem estava a receber alimentos, roupa, essas coisas. A primeira fase foram os alimentos e as roupas. Era um pouco à discrição, no sentido da necessidade das pessoas. Houve municípios em que não era assim: os bens ficavam num local fixo e as pessoas tinham de deslocar-se até lá. São coisas diferentes, mas teve um peso. Quando se dirige a uma entidade propriamente dita, causa-lhe um pouco mais de reverência perante a entidade; quando a entidade se desloca até si, para já são técnicos, é diferente. Dentro das

práticas, com a prática de entregar diretamente não se sente aquele poder das instituições, nem vergonha.

Relativamente aos bens móveis – eletrodomésticos, etc. – houve muito abuso, não havia controlo. Temos isso reportado no sentido de haver pessoas que receberam muito mais do que era necessário, de venderem e acho que isso foi criando muito mal-estar, foi um caldeirão que foi criando mal-estar nas pessoas. E eclodiu em quê? Eclodiu nas casas. Para os portugueses, a casa é a coisa mais importante, é o investimento de uma vida e, quando mexeu com as casas, a rolha estourou.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pode prosseguir.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr.^a Doutora, lidando com esta matéria, todos nós temos preocupação e ninguém tem interesse em estigmatizar uma população que, infelizmente, já está estigmatizada pela experiência traumática que teve. Portanto, discutir estas matérias é sensível.

Por isso, vou perguntar com cautela e com a noção dessa sensibilidade, mas também com a necessidade de podermos, numa comissão parlamentar de inquérito, apurar o que aconteceu, exatamente para que aquilo que tenha acontecido de mal não se repita.

Percebi e sei que, como disse, a atitude das diferentes entidades na atribuição dos bens não foi a mesma, primeiro, desde logo, gostaria de saber se foram para o terreno fazer um levantamento, ou se centralizaram e propiciaram que fossem as pessoas a deslocar-se para fazerem os pedidos.

Pergunto se pode detalhar um pouco mais que entidades foram para o terreno e que entidades é que centralizaram o processo, designadamente as autarquias.

O Sr. Presidente: — Dr.^a Nádía Piazza, tem a palavra para responder.

A Dr.^a **Nádia Piazza**: — Vou dizer o que sei, não é de terceiras pessoas. Depende muito do que estamos a falar. Se estamos a falar de roupas, de alimentação, ou seja, de bens de primeiríssima necessidade – estava tudo ardidado, não havia água, sustento, hortas, nada –, naquele primeiro momento, tenho recordação de que a câmara de Figueiró dos Vinhos tinha uma carrinha que ia a todas as aldeias e, conforme a necessidade, iam passando, iam voltando e faziam o roteiro. Ou seja, os técnicos estavam à frente, havia um técnico responsável pela distribuição e pelo armazém e iam até às necessidades.

A câmara de Pedrógão Grande não, tanto quanto sei, pois não trabalho em Pedrógão Grande, trabalho em Figueiró e, na altura, estava só à frente da Associação. Em Pedrógão Grande, as pessoas tinham de deslocar-se ao local para elegerem aquilo de que necessitavam. Estamos a falar numa altura um pouco antes das eleições e relativamente a bens de primeiríssima necessidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Doutora, só queria perguntar-lhe se sabe como foi em Castanheira de Pera, porque falou de Pedrógão Grande e de Figueiró dos Vinhos.

Outra questão, exatamente pelo que disse no fim: na equipa de Figueiró dos Vinhos, quem andava com a carrinha eram responsáveis políticos ou técnicos?

A Dr.^a **Nádia Piazza**: — Eram responsáveis técnicos, do que tenho conhecimento.

Em Castanheira de Pera não sei precisar como ocorreu o procedimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A seguir aos bens de primeira necessidade e antes das casas, que é um processo mais complexo, quanto a essa questão dos eletrodomésticos e de outro tipo de bens, bens não perecíveis e excluindo agora as roupas – são bens que, em todo caso, têm um valor considerável, estamos a falar de um eletrodoméstico ou de um equipamento desse tipo que tem um valor considerável –, houve alguém que tenha centralizado esse tipo de donativos? Eles foram dados, como disse, por inúmeras entidades e até por particulares, nacionais e não só. Quem é que os recebia e quem distribuía?

O Sr. **Presidente**: — Dr.^a Nádia Piazza, para responder.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Essa é uma questão delicada. Todas elas são, no sentido em que a Associação estava muito focada naquilo que era mais premente para os familiares das vítimas mortais e os feridos.

No terreno corria, paralelamente, toda essa questão logística de acudir às pessoas nas suas primeiras necessidades. Tenho sempre receio de falar algo que não possa ser efetivamente como aconteceu e, então, sempre vou dizer aquilo que sei.

Relativamente aos eletrodomésticos, não consigo dizer precisamente como funcionou. O que sei é que os bens eram concentrados em pavilhões, em vários pavilhões, designadamente pavilhões municipais, já que os equipamentos desportivos são do município. A triagem passou, inicialmente, entre os municípios, mas depois começou a haver... Não estava a correr

muito bem. Não havia experiência, não havia *know-how* para fazer aquilo e, então, o que aconteceu foi que a Cruz Vermelha tomou a frente, um pouco em coordenação com o REVITA, entidades locais e a própria Cruz Vermelha, que se disponibilizou para isso.

Então, mesmo quando nos contactavam a dizer «temos aqui uma quantidade de colchões», nós dizíamos: «não é connosco, é com a Cruz Vermelha.» Sempre reportávamos para a Cruz Vermelha e passou a ser assim nos largos meses seguintes. Era tudo para a Cruz Vermelha, que depois sabia onde, dependendo do tipo de necessidade, eventualmente, um certo tipo de material estaria concentrado num pavilhão, mesmo que não fosse o pavilhão onde, depois, iria ser distribuído. Depois, podia ser distribuído por três concelhos ou por quatro, ou o que fosse. É tanto quanto sei...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para terminar.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, já ultrapassei o tempo e, tendo sido o primeiro, acho que não devo abusar da tolerância da Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado João Gouveia, do Grupo Parlamentar do PS.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, membros dos gabinetes de apoio à atividade parlamentar e, porque a última é a primeira, neste caso, Sr.^a Dr.^a Nádía Piazza, na qualidade de ex-Presidente da Associação de Vítimas, julgo que até início de janeiro de 2020, até à tomada de posse da equipa que lhe terá sucedido, em primeiro lugar, queria

dizer que, como deve imaginar, o Grupo Parlamentar do PS agradece, cumprimenta e saúda a sua presença entre nós.

Antes de entrar na audição propriamente dita, entenda-se na solicitação de esclarecimentos, diria que o Grupo Parlamentar do PS não tem abdicado e tem entendido – continuamos a pensar que o é – que é útil uma exposição muito breve sobre a razão de ser, em termos de surgimento e objetivos, da Comissão. É bom que, formalmente, isto seja sempre enfatizado, sem que isto constitua uma crítica implícita ao que quer seja.

Portanto, antes de entrar na audição, como disse há pouco, em termos de contextualização, importará, enfatizar, concretizar, que esta Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar resultou de uma iniciativa de Deputados do PSD, evidentemente de acordo com a ambiência legal aplicável, e que esta Comissão tem – importa também nunca perder isso de vista – um objetivo muito claro e inequívoco, que é o de apreciar a atuação do Governo anterior, o XXI Governo Constitucional, no que toca à atribuição de apoios quer à recuperação de habitações, quer à recuperação de equipamentos, quer à recuperação de empresas, quer à reposição do potencial produtivo. Esta é, claramente, a contextualização que importa não perder de vista.

É evidente que isto não obsta a que recebamos contributos, recomendações, cuja utilidade social possa vir a ser de relevância e que por isso mesmo não pode nem deve ser ignorada. Mas importa sempre, repito, fazer esta contextualização.

Depois, entrando nas questões propriamente ditas, evidentemente que não valerá a pena estar a repetir questões que já foram colocadas, mas existem sempre alguns esclarecimentos de natureza complementar que, do nosso ponto de vista, se justifica que solicitemos.

Sr.^a Doutora, sabemos bem que, infelizmente, infelizmente mesmo, no plano pessoal, terá sentido, vivido de forma muito complicada, muito difícil e muito triste a tragédia de junho de 2017. Não obstante esse clima social,

ainda assim, logo após, constata-se, de acordo com dados de que dispomos, que meia dúzia de dias depois estavam a ser efetuados por várias entidades os levantamentos possíveis das múltiplas perdas ocorridas, que 15 dias após a tragédia, através do Decreto-Lei n.º 81-A/2017, no dia 7 de julho, estava legalmente determinada a criação do Fundo REVITA e que uns dias depois, no dia 12 de julho, foi aprovada uma resolução do Conselho de Ministros que definia um conjunto de apoios, de natureza setorial, a cargo de diferentes ministérios.

Perante isto, aquilo que sobre o que gostaria de ouvir a sua opinião – e esta é a primeira questão – é o seguinte: estará de acordo, reconhece, que, não obstante este clima complicadíssimo, o Estado foi rápido a agir?

O Sr. Presidente: — Dr.^a Nádia Piazza, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a Nádia Piazza: — Foi rápido a nos receber. Foi rápido a nos receber, foram os primeiros e da nossa reunião... Sabe, fomos para essa reunião imbuídos do desejo de ajudar para o futuro. Não era só o que estava a acontecer e o que tinha acontecido, pois o fogo já tinha passado, as pessoas já tinham morrido e os feridos já estavam feridos, era sobretudo como ia ser o após catástrofe.

Levámos uma sugestão, a sugestão da criação de algo semelhante ao modelo francês que lida com as catástrofes. A primeira reunião com o Governo foi nesse sentido.

Quando o Fundo REVITA foi criado – não vou dizer que foi por nossa motivação – a nossa preocupação era que houvesse uma resposta abrangente por parte do Estado, multidisciplinar, multifacetada, de execução no terreno, para aquela catástrofe e para outras que viriam.

Estávamos com muita dificuldade em criar uma associação. Aliás, digo que a Associação foi importante, mas pela forma como nos ouviram e

foram para o terreno quase que nem era preciso a Associação ter nascido. Depois, outras coisas estavam a falhar, designadamente... Vocês não sabem mas uma das razões por que a Associação surgiu foi porque queríamos saber o nome dos mortos, queríamos saber quantas pessoas tinham morrido. Tão simples como isso! Se tivéssemos sabido logo ao princípio, se calhar, não teria surgido uma associação. Era essa questão de saber a verdade sobre aquilo que tinha acontecido. Mas, se calhar, nem eles sabiam, não é?

Mas, sim, o Governo respondeu rápido. Agora, respondeu rápido em ir para o terreno, mas colocar aquilo que foi decidido... Acho que não se sabia muito bem como se iria lidar. Conforme as necessidades foram surgindo é que se foram dando respostas.

A entidade que congregava essas muitas facetas, sim, era o Fundo REVITA. Mas o Fundo REVITA ficou para os prejuízos materiais e a questão da saúde ficou para uma comissão na área da saúde, mas tudo era Governo e, portanto, não saiu da esfera.

Posso dizer que sim, que a resposta foi rápida.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — A Sr.^a Doutora quase que já respondeu, por antecipação, a pedidos de esclarecimento que previa vir a fazer mas, ainda assim – recordando que a Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande foi, de acordo com os dados de que dispomos, constituída em 25 de julho, portanto, sensivelmente, um mês depois –, independentemente dos seus objetivos, que todos conhecemos, um dos primeiros desafios terá sido conseguirem acordar o pagamento às famílias das vítimas mortais sem que tivesse sido necessário avançar para os tribunais.

Aqui há uma semana, também recebemos em audição a sua sucessora no cargo que nos deu nota, perante uma questão, que essa foi uma situação que, quando tomou posse, estaria praticamente resolvida, ou, melhor, os processos de indemnização a familiares de vítimas mortais, quando ela tomou posse, em janeiro de 2020, eram processos praticamente resolvidos. Pode confirmar?

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Perdi-me. Está a referir-se...

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Estou a referir que a sua sucessora no cargo, ouvida há uma semana, entre outras considerações e numa resposta a uma questão, afirmou que não foi propriamente um objetivo do mandato em curso tratar das indemnizações, porque terá encontrado esses processos praticamente resolvidos na íntegra. Estava a perguntar-lhe se pode confirmar que assim terá sido.

O Sr. **Presidente**: — Dr.^a Nádia Piazza, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Como sabe, porque é público, o Fundo REVITA teve uma dotação de 7 milhões e 200 mil euros, 4 milhões e 700 mil de generalizado social, 2 milhões e 500 mil decorrentes de protocolos com o ministério que tutela a segurança social.

Já no corrente ano, os últimos dados estatísticos disponíveis apontam para uma execução de, sensivelmente, 80% desse valor. Qual é a sua opinião,

a sua apreciação, relativamente ao impacto social que resultou, para já, da aplicação destes 80% do Fundo REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Dr.^a Nádia Piazza, para responder. Faça favor.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Foi feito tábua rasa. Qualquer dinheiro, qualquer execução que fosse feita naquele território era mais do que bem vinda e necessária. Nas palavras do Arquiteto Souto de Moura, o fogo queima tudo aquilo que não é necessário – não estou a falar das pessoas, claro. Mas é um pouco isso.

No fundo, o desordenamento – que aquilo nunca foi ordenado – florestal, a miséria que havia, com casas miseráveis, a muita pobreza naquela região, foi sobretudo nesse prejuízo que se fez uma tábua rasa. O fogo mostrou-o e pô-lo a nu e qualquer dinheiro que fosse aplicado naquele território viria em bom tempo, ou, melhor, viria já atrasado, porque já vivíamos um problema muito grave de miséria, de pobreza, naquela região.

O abandono do território... Foi um território que perdeu muita população e, perdendo população, ficou ao abandono e, ficando ao abandono, tudo aquilo proliferou e a desgraça estava feita.

A apreciação que tenho é de que os 80% que foram aplicados foram bem aplicados, no sentido em que eram necessários, mas já eram necessários antes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.^a Doutora, não obstante a observação genérica de boa aplicação porque se tratava de dar resposta a uma necessidade e porque esta tem sido também uma dúvida recorrente e decorrente das notícias amiúde vindas a público, não poderia deixar de lhe

colocar a seguinte questão: quer no plano pessoal, quer enquanto dirigente da Associação das Vítimas, teve conhecimento ou foram apresentadas queixas de um qualquer caso ou de quaisquer casos de tratamento desigual, tratamento dual, em matéria de apoios quer à recuperação de habitações, quer noutra qualquer tipo de apoios?

O Sr. **Presidente**: — Dr.^a Nádía Piazza, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a **Nádía Piazza**: — Pessoalmente, é sempre pessoal, e é sempre dito que nas terras pequenas há sempre a perceção e, muitas vezes, a expressão foi utilizada nesse sentido.

As pessoas vinham, manifestavam-se, faziam uma queixa, uma exposição, raramente, para não dizer nunca, por escrito e nunca concretizavam, ou seja, eram sentimentos, eram coisas que se sabiam. Porquê? Porque as pessoas não querem comprometer-se, as pessoas não queriam comprometer-se. São meios pequenos, toda a gente se conhece só que, quando há uma necessidade muito grande e começam a chover bens, cheques, dinheiro de pessoas, que já não queriam dar a entidades, que davam pessoalmente e quem é que dirige para quem, quem é que leva, a mão que conduz a quem necessita e a quem não necessita, é natural que isto crie, depois, alarido junto da população.

Mas eu não consigo dizer um caso concreto disto ou daquilo, pois eu, aí, teria de expor as pessoas e as pessoas não tinham esse à-vontade não queriam.

Então, o que nós fazíamos era reunir com as entidades e dizíamos: há um certo pavilhão que está atolado de bens e não estão bem triados. Isso aconteceu. Mas nós, nem tão pouco, queríamos fazer queixa; nós queríamos era que aqueles bens fossem triados e, verdadeiramente, entregues à

população, ou então, se fosse algo que não fosse necessário que fosse queimado ou fosse encaminhado devidamente.

Então, o Governo intercedia já não pela nossa voz, mas o próprio Governo tomava a palavra, entende? Ou seja, mesmo nós, como associação, também tínhamos esse prurido de não estarmos a causar mais problemas onde já havia problemas e, então vinha o Governo e tomava essa iniciativa e falava com as entidades que estavam á frente das coisas.

Agora, em concreto, um caso *A*, *B* ou *C* não vou precisar.

O Sr. Presidente: — Para prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. João Gouveia (PS): — Compreendo e agradeço a resposta, embora eu não me estive propriamente a referir aos apoios de bens alimentares, vestuários, àquelas respostas imediatas de grande importância que terão ficado mais a cargo, tanto quanto julgamos saber, das juntas de freguesia e da Cruz Vermelha; estava, no fundo, a perguntar-lhe se, por exemplo, na aplicação do Fundo REVITA, que tinha regras de apoio, pode objetivar algum exemplo concreto do qual tenha tido conhecimento de, se quiser, aplicação dual dessas regras legalmente definidas. Consegue dar algum exemplo concreto?

O Sr. Presidente: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Nádia Piazza: — Tenho dificuldade em perceber a... Se calhar é porque não tenho conhecimento... Se tivesse, se calhar, podia dizer-lhe rapidamente. Eu estou com dificuldade em perceber onde quer chegar. Que tipo de...

O Sr. Presidente: — Pode esclarecer melhor, Sr. Deputado?

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.^a Doutora, a única coisa que queremos aqui é colocar questões que ajudem à clarificação.

Neste caso é importante percebermos que, ainda que, genericamente, se diga que as coisas cumpriram as regras aplicáveis, se, ainda assim, no plano pessoal ou institucional, nos podem ilustrar, objetivar com um qualquer exemplo concreto de aplicação dual daqueles que tinham que o fazer, em nome do Estado, das regras em vigor? Dá-nos algum exemplo concreto que, na prática e da parte do Estado...

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Então, a questão é, se eu percebi bem, a questão da reconstrução das casas que, no fundo, se é responsabilidade do Estado, o Fundo REVITA que é um conjunto de entidades, desde as autarquias até à CCCR, à própria coordenação do Fundo.

Bom, esta foi uma questão premente, a questão da dualidade, ou seja, por que é que um município ou em alguns municípios não houve problema de interpretação da lei, não houve problema da interpretação da resolução, não houve problema em perceber o texto da resolução, que dizia no preâmbulo que eram por causa dos incêndios de 2017, que eram as casas ardidas, se dizia ou não que eram primeira habitação... Acho que a questão da dualidade maior foi essa, ou seja, por que é que houve concelhos, designadamente Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, onde esse problema não se colocou e em Pedrógão Grande esse problema colocou-se?

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.^a Doutora, está a dizer-nos que no concelho de Pedrógão Grande, ao contrário dos concelhos de Figueiró dos Vinhos e de Castanheira de Pera, o programa REVITA foi aplicado de forma diferente?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — A interpretação que foi aplicada, julgo que sim, porque o Ministério Público entendeu assim...

Vamos lá ver: nós podemos ver ao contrário, isto é por que é que o mesmo documento, a mesma lógica e a mesma entidade, a mesma comissão, em alguns casos correu bem e noutros casos correu pessimamente mal? Eu acho que sim! Entrando aqui naquela questão dual, aqui realmente...

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.^a Doutora, penso que todos percebemos qual a ideia que quer transmitir à Comissão, mas o que eu lhe peço é se consegue objetivar o que está a dizer dando um exemplo concreto de dual aplicação do programa REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, consegue esclarecer com um caso concreto de uma situação em que essa dualidade tenha sido patente?

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Sem correr o risco de não estar a perceber onde quer chegar ou o que me está a perguntar o problema pode ser meu, digo-lhe que são todos os casos que estão identificados pelo Ministério Público relativamente à reconstrução das casas. Isso para mim é... Agora, sobre a atribuição de culpas não me compete; compete aos tribunais, mas isso para mim foi a dualidade de que está a procura. Não consigo responder mais do que isso, por mais vezes que me faça a pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está ultrapassado o tempo de que dispõe, mas, se pretende algum esclarecimento adicional, dou-lhe a palavra.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr.^a Doutora, diga-me uma coisa: acompanhou e tem consciência dos resultados que já foram conhecidos no corrente ano de 2020 da aplicação de um investimento de cerca de 3 milhões de euros realizado na reabilitação de equipamentos públicos, em que 85% são fundos comunitários e 15% do Fundo de Emergência Municipal.

Certamente, saberá também que no apoio à reposição do potencial empresarial estão aplicados 2 milhões de euros, com 80% de fundos comunitários. Qual é, sabendo nós que nenhum programa responde a 100% do universo de reclamações apresentadas, a sua apreciação sobre, apesar de tudo, as respostas já dadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, a Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Quem viveu e vive naquele território, e eu já lá vivo há muitos anos, e eu, por um acaso, trabalho numa autarquia local e, por acaso, trabalhei num centro de investimento, ou seja, na captação de investimento público e privado para o meu território, muito sinceramente, creio, que o dinheiro foi bem-vindo, foi bem utilizado, mas, francamente, foi pouco, francamente foi pouco para aquelas que eram as necessidades do nosso território já antes do incêndio e não só depois.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao Grupo Parlamentar do BE, dando a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Vicente.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero deixar um agradecimento pelas suas palavras e pela informação transmitida nesta Comissão...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por estar a interromper, mas, aparentemente, a Mesa, num excesso de isenção, esqueceu-se de dar a palavra ao PSD, que era o partido que deveria usar da palavra logo a seguir ao PS.

Assim sendo, pedindo-lhe desculpa e garantindo-lhe que o tempo de que dispõe será resposto, dou a palavra à Sr.^a Deputada Emília Cerqueira do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Obrigada, Sr. Presidente.

Começo por saudar e agradecer à Sr.^a Dr.^a Nádía Piazza a sua presença e deixar-lhe uma palavra pela coragem que demonstrou numa tragédia que atingiu aqueles territórios.

O meu colega do PS já fez questão de dizer qual era o objeto desta Comissão, nós sabemos-lo, e é por isso mesmo que gostava de fazer uma separação entre o processo de indemnização das vítimas mortais, que teve um tratamento único, excecional, aliás, para uma situação que, para mim, foi única e excecional, e até por respeito à memória das vítimas não queria passar demasiado tempo a falar dessa parte, que me parece que, de facto, fruto de um tratamento especial e de um cuidado excecional da Provedora de Justiça, foi tratado com toda a normalidade.

Feito este introito, Sr.^a Doutora, gostava de lhe dizer que consideramos que averiguar a verdade e a transparência nesta atribuição de fundos nesta Comissão é, para nós, também uma forma de homenagear as vítimas – aliás, consideramos que, tal como é, aliás, o escopo da sua associação, esta é uma forma de honrar a memória, de pensar no futuro e no desenvolvimento daquele território, sendo que foi com base nestes princípios fundamentais

que o PSD pediu a constituição potestativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dito isto, Sr.^a Doutora, e depois de ouvir as informações que aqui trouxe, queria começar por felicitá-la por uma reportagem publicada do jornal *Expresso* de 17 de junho de 2019 onde referiu que, e passo a ler: «Em Pedrógão, pela primeira vez, o Estado dobrou-se [o primeiro-ministro pediu desculpa no Parlamento], servindo de precedente para as indemnizações dos incêndios de outubro. Mas, a par disso...» - e é nesta parte que quero focar-me – «... temos agora o pior das pessoas e das instituições: ganância, soberba, impunidade.»

Sr.^a Doutora, pode comentar o que queria dizer com isto quando pronunciou estas afirmações ou, pelo menos, está citada como tal no jornal *Expresso*.

O Sr. Presidente: — Para responder, Sr.^a Doutora

A Sr.^a Nádia Piazza: — Eu poderia ler a carta que escrevemos depois de vir a público nos órgãos de comunicação social a questão dos donativos, a forma como estava a ser gerida ou mal gerida...

Nós escrevemos uma carta a pedir elementos, porque aquilo era tão vergonhoso que era impensável que pudesse acontecer. Escrevemos uma carta a pedir documentação à Câmara Municipal de Pedrógão Grande com conhecimento a várias instituições, nomeadamente ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-Ministro, ao Provedor de Justiça, à Procuradoria-Geral da República, à Presidente da CCDR Centro e ao Presidente do Fundo REVITA onde se pode ler um pouco aquilo que disse.

Esta carta é de 3 de setembro de 2018 e responde àquele que era o sentimento...

Pausa.

Eu cito nessa carta os passos que demos naquela reunião com o Governo e com o Fundo REVITA, alertando para a questão da necessidade de transparência, sendo que não se falava ainda de casos mas, sim, da gestão global dos fundos e de toda a ajuda solidária que chegava; depois, faço uma referência a uma reunião que tivemos com a presidente da TIAC (Transparência e Integridade), porque não havia nada relativamente à transparência na solidariedade e esse é um tema muito pertinente, que é o de saber quais os mecanismos de transparência na solidariedade, como é que isso se alcança – aliás, até, na altura, estivemos a falar disso numa conferência da TIAC Internacional – no sentido de promover e saber quais as boas práticas para o futuro, porque solidário é o povo português e, então, se esta questão não se coloca noutros lados e a UNICEF já pensou numa forma, a ONU tem a sua forma de fazer essa gestão, a verdade é que quando é a ajuda das pessoas, quando é a ajuda do comum do cidadão e também de instituições, como aconteceu, teremos de saber como é que se gere isso, desde o início, desde a receção até à aplicação dos fundos e é isso que é a transparência na solidariedade – e nós tivemos essas reuniões e abordámos esse tema junto das instituições.

Consta, então, dessa carta o seguinte: «Estes foram os passos concretos que a AVIPG promoveu junto das instituições sobre a gestão dos donativos dirigidos às vítimas do incêndio de junho de 2017. E fê-lo com tempo suficiente de forma preventiva e responsável, alertando as entidades para aquilo que, no terreno, funcionava de forma pouco ou nada regrada, sem qualquer transparência e sem controlo externo aparente. Tratava-se de algo latente, de uma sensibilidade para com a forma como os circuitos operavam na gestão dos fundos conforme iam afluindo.»

Depois listo os mecanismos que poderíamos ter aplicado e depois tenho muito gosto em voltar a este tema.

Continuando na leitura da carta: «A AVIPG disse publicamente, por diversas vezes, que a gestão dos fundos solidários era mais delicada do que a própria gestão dos fundos públicos, receita resultado dos impostos e demais tributos a que somos todos obrigados a pagar. Isto porque, os donativos resultam de um ato altruísta, motivado pela bondade e empatia para com as vítimas de uma catástrofe, sendo portanto merecedores de uma especial atenção por parte das entidades gestoras. Este movimento de enorme bondade não pode ser defraudado!» Era um sentimento que sentíamos que estava a ser defraudado.

«Foi preciso instalar-se um sentimento de crescente revolta, a *pari passu* com a edificação e conclusão de obras de duvidoso enquadramento enquanto primeiras habitações, no seio da comunidade, para que vozes houvesse e investigações à revelia se fizessem ao terreno.

É do senso comum que, nos meios pequenos, as pessoas sentem-se tolhidas nas suas manifestações públicas de descontentamento receosas de represálias, mas houve pessoas que não se deixaram abater ou medrar e vieram a público. A elas devemos saudar a coragem, pois sem provas não há consequente processo administrativo ou judicial.

Da mesma forma que, sem mecanismos de transparência, encerrados a sete chaves que foram os processos de gestão e decisão dos fundos solidários, qualquer fiscalização externa restaria enormemente prejudicada, como de resto foi o caso, razão pela qual estranhámos assim a surpresa por parte de diversos responsáveis públicos pelo conteúdo e o avolumar das alegadas irregularidades na gestão dos fundos solidários.

Esta a razão para que apenas agora tivesse vindo a público tamanhas denúncias de irregularidade que, finalmente, seguirão o seu devido curso, isto é, a investigação administrativa e judicial pelos órgãos competentes.

Para todos nós que cá residimos e demos publicamente a cara por esta região, a vergonha é enorme!

Maior é ainda a nossa revolta, enquanto associação de familiares de vítimas mortais e feridos sobretudo, que assistimos ao lançar de dúvidas sérias e fundadas quando entes nossos familiares morreram, trazendo o foco da atenção do País a esta pobre região.

Fogos de grande dimensão com a perda de património natural e edificado não são, infelizmente, uma novidade no nosso País.

A novidade foi uma tal tragédia que ceifou 66 vidas humanas e deixou dezenas de feridos graves!

Foi por elas que a AVIPG se levantou. Foi pelas pessoas que já não têm voz e por aquelas que, como nós, cá persistiram, fragilizadas e traumatizadas, unimo-nos em esforços para melhor nos fazermos ouvir.»

Ora, o que eu quis aqui dizer foi: para nós, a vergonha, para quem perdeu um familiar, para quem está traumatizado, para quem está ferido numa cama de hospital, em coma, foi isto que sensibilizou as pessoas, não foi o incêndio! Foi o drama pessoal das pessoas, de cada indivíduo. Foi isso que sensibilizou as pessoas! A diferença neste incêndio e nesta catástrofe foi esta.

Então, quando nós vemos que a população afluiu com tamanha bondade e ajuda e depois é defraudada a sua expectativa... A aplicação de fundos solidários deverá ser mais delicada do que dos fundos públicos, porque o dinheiro público vem do imposto, é um tributo, é obrigatório, não temos como fugir, temos de pagar, temos de contribuir todos para a nação, enquanto que com os fundos provenientes da solidariedade não. Quem dá mais é quem não pode! Quem pode menos é quem dá mais! E quando essas pessoas estão a dar e depois veem levantarem-se dúvidas... Bom, no início, ainda pensamos que não deve ser verdade, as pessoas falam, mas, depois, o Ministério Público chegou à conclusão que sim, então, alguma coisa não está

bem e isso envergonha muito, porque não foi esse o nosso objetivo. O objetivo da Associação, a primeira coisa pela qual se bateu – e foi por isso que foi criada – foi para poder ir a tribunal pedir o nome das pessoas que tinham falecido. Este era o objetivo da Associação inicialmente.

O Sr. **Presidente**: — Para prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Só para deixar uma nota: recordo-me perfeitamente da dificuldade que foi inicialmente para se obter os nomes das vítimas e os motivos da sua morte.

Mas, deixe-me que lhe diga que a Sr.^a Doutora sempre foi um bocadinho o rosto da coragem de quem não tinha coragem, da capacidade de falar de quem não tinha capacidade de falar e a verdade é que o fez mesmo sendo incómoda muitas vezes quando era necessário ser incómodo e, se calhar, não é simpático ser incómodo.

Por isso, foi das pessoas – e deixe-me deixar-lhe esta nota e não é um elogio gratuito é porque, de facto, é mais do que merecido pelo papel que teve em circunstâncias pessoais muito difíceis, mas fê-lo.

E é também esse o nosso objetivo, Sr.^a Doutora, porque fala muitas vezes em falta de transparência e, de facto, se virmos o relatório do Tribunal de Contas verificamos que essa falta de transparência não é uma invenção é porque, de facto, é o que diz o Tribunal de Contas no seu relatório a páginas 12 quanto à aplicação de fundos, onde se pode ler que «encontram-se vários défices de transparência na utilização dos fundos, na sua execução...», falando-se, depois, da falta de participação ativa dos métodos e das atribuições.

Há uma série de conclusões que são tiradas no relatório do Tribunal de Contas que nós, às vezes, temos a sensação que é uma invenção, uma

teoria da conspiração, mas não é, pois, de facto, há documentos que sustentam a falta de transparência na aplicação dos fundos.

A Sr.^a Doutora disse que o REVITA foi interpretado de forma diferente em Pedrogão em relação aos outros municípios e eu gostava, se fosse possível, que concretizasse o que quer dizer exatamente com esta citação de diferença entre Pedrogão e outras localidades.

O Sr. Presidente: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza:** — Sinto menos vergonha, porque não tinha recordado o relatório do Tribunal de Contas. Eu não tinha recordado, há uns meses que, até por questões emocionais, eu coloquei-me à margem e hoje é um momento de eu recordar muitas coisas e não me preparei – aliás, achei que era melhor vir sem ter assistido a qualquer audição e não falei com ninguém exatamente para vir com sangue novo.

Muito se tem dito acerca do Fundo REVITA relativamente às regras, à sua aplicação às habitações, que é aquilo que maior valor tinha e mais impacto teve.

Vou fazer aqui um pouco o contrário, vou sempre por amostragem. Pode dizer-se que o regulamento estava omissivo? Estará. Pode dizer-se que o regulamento não estava bem redigido? Eventualmente. Pode dizer-se muita coisa, mas a pergunta que faço – e é uma pergunta, porque a resposta irá vir dos tribunais – é a seguinte: por que é que em Figueiró dos Vinhos e em Castanheira de Pera não houve problemas na aplicação do regulamento?

Eu sou jurista, sei que não lemos uma regra, um artigo separado do todo, lemos pegado, temos de ler o preâmbulo, o seu articulado, isso é metodologia jurídica, isso é básico e eu, na minha opinião, fiquei muito feliz com o regulamento do REVITA, eu quando li o regulamento, para mim, era claro. Se queriam não ver o que lá estava escrito... foi preciso muita vontade;

para mim, o regulamento era claro: eram as habitações ardidas no fogo de junho e eram as primeiras habitações. Entretanto, o Ministério Público disse que tudo isso foi feito e houve aqui uma confusão e isso vai esclarecer-se em tribunal

Houve um levantamento geral de todos os prejuízos, de todos os prejuízos, de toda a natureza e o Governo colocou logo equipa no terreno o IHRU a Direção-Geral de Agricultura foram todos para o terreno, equipas multidisciplinares, e fizeram um levantamento geral e isso criou nas pessoas a ideia, porque não se falava em regulamento do REVITA, de que havia dinheiro e que elas iriam ser ressarcidas.

Entretanto, depois, o processo de reconstrução das casas, propriamente dito, porque depois o processo da agricultura seguiu um rumo, que também foi bastante conturbado, diga-se de passagem, pois as pessoas ficaram com a perspectiva de que ia haver a reposição de 20 000 €, porque, por exemplo, eram oliveiras de produção, aquilo que elas perderam tinha um valor muito maior do que aquilo que elas receberam, todavia, depois, por questões de fundos comunitários, só podiam ser indemnizadas até 5000 €, mais do que isso teriam de coletar-se e as pessoas já numa situação de pobreza, de fim de vida já não estavam para se coletar e ter outros tipos de encargos e ficaram-se pelos 5000 € e menos de 5000 € e muitos que tinham prejuízos de 15 000 € contabilizados receberam 2 000 e poucos euros... Mas receberam o dinheiro e calaram-se.

Agora, voltando à questão da transparência, agradeço o facto de me ter recordado o relatório do Tribunal de Contas, porque eu não me recordava, e não me sinto tão à falar em abstrato ou por sentimento, mas, no início, foram sentimentos, sentimentos latentes, aquilo era latente, era potencial, havia um burburinho, as coisas não estavam a correr bem, tanto que, depois, naquele que era o valor afetivo, ao entrarmos nas habitações, é impensável...

A minha pergunta é sempre esta e não sei como responder: como é que em dois concelhos um regulamento foi bem interpretado, bem aplicado, não houve problemas e no outro houve? O problema está nas pessoas? Quer dizer, num raio de 20 km as pessoas têm Português correto e outras têm Português incorreto, num raio de 20 Km? O povo de um lado é de um jeito e do outro lado e de outro? Alguma coisa no mecanismo é que falhou! Não vejo que tenha sido o regulamento, porque era o mesmo. Não vejo que tenha sido, na minha opinião, as entidades. Houve confiança, porque há esse princípio na administração pública, de confiança e de boa fé e de princípio de legalidade entre a administração pública central e local, há esse princípio e eu se estivesse no lugar da Dr.^a Ana Abrunhosa, enquanto presidente da CCDR, confiava. Não devia? Mas isso é outra história, mas você confia, se você está numa gestão você confia nas outras entidades. Então, num raio de 20 Km temos portugueses corretos e de outro lado não temos portugueses corretos? É assim? O regulamento é o mesmo!

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr.^a Doutora, o regulamento é, obviamente, o mesmo.

Já agora, queria deixar aqui uma nota: o PSD quando aqui fala do apuramento de responsabilidades na aplicação do regulamento é por parte do Estado, porque as pessoas são sempre vítimas – aliás, foi aqui dito que temos muitas pessoas idosas, pessoas, às vezes, analfabetas funcionais e, portanto, não depende delas a interpretação do regulamento e, naturalmente, seguem a orientação que lhes é dada pelas entidades com quem têm contacto direto.

Agora, a Sr.^a Doutora tem toda a razão quando diz que o regulamento é o mesmo, mas quanto às habitações há sempre aqui um processo de suspeição, vários argumentários se vão levantando e um deles é o seguinte:

o regulamento do REVITA não proibia a reconstrução de segundas habitações – claro que não proibia; as segundas habitações são muito importantes em territórios de baixa densidade e envelhecidos, como é o caso do Pinhal Interior, neste caso Pedrógão, Góis, Castanheira, onde é muito importante o papel das segundas habitações.

No entanto, quando se percebeu os fundos que vinham do REVITA priorizou-se e pergunto-lhe: tem conhecimento, até pelo que disse aqui a sua sucessora e atual presidente da Associação, de vítimas, famílias, pessoas que ficaram desalojadas, sob necessidade de alojamento temporário, que lhes tenha sido oferecido, e que não foram priorizadas na reconstrução das suas habitações em detrimento de outras que, de facto, tinham as suas casas, por muito importantes que sejam, de fim de semana, de férias e que tinham residência em Lisboa ou em outro qualquer local e que não viviam efetivamente em Pedrógão?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — O conhecimento que tenho é... Já não é de burburinho que se fala; foi quando as casas, efetivamente, já estavam de pé. As situações vieram a lume quando as casas, efetivamente, começaram a ficar de pé. Mas uma coisa é saber; outra coisa é aquilo que os papéis depois provam e o Ministério Público fez essa triagem.

Então, o conhecimento que tenho veio da comunicação social que levantou esse assunto e já estava no terreno há algum tempo muito motivada pelas pessoas que, de forma anónima, levavam esse assunto e, depois, com grande trabalho de investigação quer por parte da *Visão*, do jornalista Otávio Lousada, quer por parte da jornalista Ana Leal, que, no fundo, só vieram a apontar o dedo, em alguns casos não correto, como se veio a ver, mas o problema estava instalado e na maior parte dos casos verificou-se que, de

facto – de facto vamos lá ver, porque ainda não foi julgado, verdade seja dita ainda não foi julgado –, havia uma dúvida séria suficiente para se ter aberto um inquérito e produzir acusação.

Então, o conhecimento que tenho é o que todos temos, andamos de carro na rua, olhamos e sabemos... Agora, se me pergunta se consigo designar o nome de uma ou duas pessoas, eventualmente mas não me peça isso agora.

O Sr. Presidente: — Para prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Emília Cerqueira (PSD): — Sr.^a Doutora, o que me está a dizer é que no momento em que viu as novas habitações levantadas, porque numa aldeia e num meio pequeno conhecem-se as casas que arderam, quando se é da freguesia conhece-se, sabe-se...

O que lhe pergunto é se, objetivamente – e não quero que denuncie ninguém, não estamos aqui a denunciar, estamos para encontrar os responsáveis –, tem conhecimento de habitações que, tanto quanto sabe, sendo de segunda habitação, ou estando até em ruínas, ou barracões que foram construídos como casas de primeira habitação, porque, aí sim, não se pode tratar segundas habitações como se de primeira habitação se tratasse. Se são segundas, são segundas; se são primeiras, são primeiras e têm de ser assumidamente aquilo que são.

Tem conhecimento de segundas habitações que fossem tratadas como se fosse a morada efetiva daquelas pessoas?

O Sr. Presidente: — Para responder, por favor, Dr.^a Nádía Piazza.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Tenho, tenho conhecimento. Agora, não posso designar o nome da pessoa porque aí, e não tinha referido, uma das coisas que pedíamos era a existência de mecanismos, até para o futuro.

Isto tudo tinha-se resolvido – nem tinha começado, o problema não se tinha posto – com mecanismos tão simples como a publicitação das listas de obras e beneficiários no *site* das entidades gestoras, tais como REVITA, autarquias e/ou CCDR, e a aplicação da medida, por analogia, da prática corrente de afixação de placas informativas nas empreitadas financiadas por fundos comunitários, que teriam garantido a devida transparência.

A afixação de placas informativas com referência ao dono da obra, o beneficiário – no caso a pessoa –, ao fundo solidário que está efetivamente a suportar o custo da obra, ao valor global da mesma, ao prazo de execução e à empresa construtora, essas informações, teriam mitigado as dúvidas que foram surgindo na sociedade em geral sobre a fonte de financiamento das obras que pululavam pelo território e quais os seus reais beneficiários.

Se tivéssemos isto, como numa obra com fundos comunitários, em que sabemos quem é o beneficiário, de onde veio o dinheiro, esta questão nem teria nascido porque as pessoas, rapidamente, teriam vindo ao terreno e fariam denúncias. Este teria sido um não-problema.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Relativamente a estes casos de que tem conhecimento, apesar deste medo que refere – em meios pequenos, às vezes, é complicado assumir e dar a cara por certas situações, de facto –, entende que esses casos vieram prejudicar efetivamente aqueles que mais precisavam da ajuda?

Considera que há pessoas que precisavam mais de ajuda, de forma muito premente, e acabaram por não a ter por causa desta falta de

transparência nos critérios e da priorização que acabou por não acontecer? Podemos dizer assim?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, por favor, Dr.^a Nádia Piazza.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Eu gostava que alguém que estivesse mais a par dos números... Se tivéssemos obedecido a uma priorização das primeiras habitações efetivas, pergunto se o dinheiro não teria sobrado para as segundas. Penso que sim, porque houve muito, houve um afluxo muito grande de dinheiro.

Mas essa resposta eu não tenho. O que sei, de facto – e, de facto, isso não está julgado, está em tribunal e, não havendo uma decisão, não podemos apontar o dedo dessa forma, mas é uma dúvida e uma dúvida legítima, pois se não o fosse não estávamos na fase em que estamos –, é que segundas habitações ou casas que nem chegaram a arder foram recuperadas e é lógico que passaram à frente de pessoas que tinham, efetivamente, primeiras habitações e cuja casa até foi recuperada, eventualmente.

Não tenho conhecimento de uma primeira habitação que não tenha sido recuperada. Disso não temos conhecimento. Penso que todas as primeiras habitações foram recuperadas. O que aconteceu foi que segundas habitações... É que eles estão a competir com quem, quando uma segunda habitação entra? Para já, há um atraso porque há um conjunto de empreiteiros que não fazem as casas e há um atraso na obra da primeira; depois é uma injustiça quanto a outras segundas habitações. É que, então, entrávamos todos num critério que não sei qual, qual seria o critério para a segunda habitação, mas seriam essas segundas habitações em que os proprietários estariam prejudicados com a recuperação de uma segunda habitação, porque eles tão-pouco foram chamados, tidos ou havidos.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Relativamente às segundas habitações – e estamos a falar de priorização –, como a Sr.^a Doutora sabe, depois, a Lei do Orçamento do Estado, a Lei n.º 114/2017, previu que os municípios pudessem definir um regulamento municipal para ajudar a estas segundas habitações, o que acabou por depender um pouco daquele que era o tratamento de cada um destes municípios abrangidos pelos incêndios.

Com isto, entende ou não, em primeiro lugar, que temos uma desresponsabilização do Estado e, em segundo, se os munícipes, consoante o município a que pertencem, tiveram um tratamento desigual e não tiveram acesso aos mesmos fundos? Parece-lhe que esta é uma forma de boa aplicação daquela que foi a solidariedade dos portugueses?

Tivemos um Governo que, na data, anunciou tudo e mais alguma coisa para aquela região. Aliás, tivemos um Primeiro-Ministro a anunciar que: «a partir de agora, nada poderia ser igual!». Depois dos milhões anunciados e que se ia revolucionar aquela região, Sr. Doutora, pergunto-lhe se isso aconteceu. De facto, essas expectativas, a boa aplicação, a reconstrução para atratividade de populações, aconteceu? Na prática, qual é o seu juízo desta aplicação e da intervenção no território, o que vem também um bocadinho ao encontro daquele que é o desiderato da vossa Associação?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Dr.^a Nádía Piazza.

A Sr.^a Dr.^a **Nádía Piazza**: — Se não tivesse acontecido «outubro», com a dimensão de prejuízos que aconteceram na região centro e norte — porque o próprio Estado, aí, teve de ter uma intervenção, seja por os portugueses se terem sentido defraudados e a solidariedade ter sido muito menor – e em Monchique, então, foi mesmo irrisória.

Portanto, repito, se não tivesse acontecido «outubro», tenho para mim que o Estado teria musculado mais a ajuda, a par de fundos comunitários e a par de dinheiros solidários. Mas aconteceu «outubro», que exigiu da parte do Estado, e está a exigir, um esforço sobre-humano no sentido do que eu imagino que os cofres públicos consigam suportar, tendo tanto por onde gastar e tantas necessidades no País.

Gostava de ter visto o dinheiro dos fundos solidários e dos fundos comunitários melhor aplicados no nosso território. Isso é patente. É que no momento em que não há transparência ficamos todos aquém daquilo que efetivamente foram as prioridades de aplicação.

Por exemplo, quando falamos do dinheiro dos fundos comunitários para os equipamentos urbanos de que os municípios puderam socorrer-se, francamente, acho muito pouco, porque qualquer obra que façamos no município facilmente vai para milhares de euros e chega a um milhão. Facilmente...! Então, no saneamento nem se fala e temos um problema grave de saneamento básico na nossa região. Então, as estradas...

Não é só o valor global, é também aquilo que não se aplicou porque aconteceu «outubro». Entende? Uma vez que o esforço teve de ser maneirado, teve de ser sopesado, porque já não eram três ou sete concelhos, era um terço do País.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr. Presidente, agradecendo os contributos da Sr.^a Doutora, porque a Sr.^a Doutora referiu durante a sua intervenção, por diversas vezes, uma carta que terá enviado e que julgo que não esta na posse da Comissão, requeria, se fosse possível, que a fizesse chegar à Comissão para que pudesse fazer parte do nosso espólio.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, evitando a emissão de um ofício nesse sentido, pedia que, se pudesse, fizesse chegar à Comissão o conjunto de documentos de que se fez rodear e que auxiliaram a sua resposta.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Vicente, do Bloco de Esquerda, a quem renovo as minhas desculpas pela interrupção de há pouco.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Em primeiro lugar, quero reiterar o agradecimento à Dr.^a Nádía Piazza, ex-Presidente da Associação das Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande, pelas declarações de hoje e pela informação prestada a esta Comissão.

O Bloco de Esquerda manifesta a sua total solidariedade com todas as vítimas e todas as populações lesadas pelos grandes incêndios de 2017, assim como por outros, e consideramos também que são necessárias políticas públicas que evitem a existência de catástrofes desta dimensão, cuja aplicação ainda hoje tarda.

A estrutura florestal não se alterou, não existem ainda implementadas no terreno políticas públicas capazes de garantir rapidamente essa transformação e muitos proprietários estão incapazes de reconstruir aquilo que perderam do ponto de vista florestal, o que é uma preocupação porque significa que se continuam a manter um conjunto de riscos que são elevados no futuro e que tendem a agravar-se com o passar do tempo, além de que

existem transformações ao nível do sistema de proteção civil que são também bastante relevantes e que continuam em atraso. Embora tenha sido produzida alguma legislação e algum trabalho nesse sentido, aguarda-se ainda por muitas aplicações.

Houve muitas perguntas que já foram apresentadas pelos diversos parlamentares e que não vou repetir. Por isso, queria só deixar uma questão que tem a ver com a aplicação de fundos públicos para a reposição do potencial produtivo. Tem conhecimento da aplicação indevida de fundos públicos para essa finalidade?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, por favor, Dr.^a Nádia Piazza.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Vou ser muito direta: não! Não porque a Associação estava tomada de outros objetivos e é como disse: tirando aquilo que nos batia à porta, quanto mais fosse para dentro do mundo dos fundos comunitários propriamente dito... Não era o nosso objetivo principal.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Não tenho mais questões adicionais.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Cumprimento o Sr. Presidente e os Srs. Deputados e, em particular, a Dr.^a Nádia Piazza pelos esclarecimentos que já aqui prestou e toda a informação que trouxe, que é bastante relevante para o decurso dos trabalhos desta Comissão, tendo em consideração a vivência que teve nesta catástrofe, como aqui foi caracterizado por si.

Antes de mais, queria fazer aqui uma apreciação que o PCP tem manifestado relativamente a esta Comissão. Aliás, temos sido algo críticos relativamente aos fins desta Comissão, pois entendemos que se procurou mais a questão política do que uma preocupação com as vítimas e até não aceitamos, de forma alguma, digo-o desde já – e é com toda legitimidade democrática que fazemos esta apreciação –, que o PSD considere que, com esta Comissão, está a fazer um homenagem às vítimas.

A verdade é que se criou um clima de desconfiança, transformando até as vítimas em culpados. Esta situação foi uma nódoa muito grande lançada sobre a população daquela região e daquele território e nós não entendemos, de forma alguma, que ajude o levantar da suspeição. Aliás, o questionamento que foi feito foi sempre na direção de identificar irregularidades e não na direção de identificar lacunas nos apoios ou nas ajudas.

Naturalmente que consideramos que é um erro ajudar e apoiar quem não perdeu nada. Para além de se lamentar quem se aproveita de uma situação, se isso ocorreu, que esse alguém seja identificado e sejam apuradas as situações nos locais próprios, na justiça, nomeadamente, que é onde essa situação tem de ser esclarecida.

Agora, as vítimas – e muitas delas tiveram perdas irreparáveis e não vale a pena aprofundar mais essa questão – não podem ficar sem reparação e essa tem sido a nossa luta. É com essa intervenção do PCP que as vítimas podem contar, com uma intervenção em defesa de uma recuperação daquilo que for possível recuperar, repor e ressarcir e não noutras vertentes. Não concordamos com uma caça às bruxas e, até, com algum tipo de escrutínio de inquisição, que foi, aliás, o que iniciou esta Comissão, que foi muito baseada até no que foi uma lamentável peça jornalística que continha inverdades, como já foi apurado, e, além disso, era uma peça jornalística que apenas se preocupou com as segundas habitações no concelho de Pedrógão Grande.

Eu até teria querido iniciar o questionamento por outras áreas, mas, já agora, quero dizer que a questão das segundas habitações foi aqui muito discutida e, por isso, quero colocar-lhe uma primeira questão: qual é o papel que a Sr.^a Doutora entende que as segundas habitações têm nestes territórios?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Talvez essa seja a pergunta mais fácil de responder. Tem uma importância total. Só para ter uma ideia, nós calculamos o impacto da afluência da população migrante, seja vinda do Luxemburgo, da Suíça, da Alemanha, de Lisboa ou dos arredores, pela quantidade de resíduos sólidos que recolhemos em julho, agosto e setembro. Essa recolha quadruplica, quadruplica! As casas que estavam desabitadas nas aldeias, nas vilas com a chegada dessas pessoas, isso faz com que os resíduos sólidos urbanos quadruplicuem. Não temos mãos a medir nessa recolha. E isso significa que o impacto que temos é absurdo.

E quando falo em segunda habitação não falo só em segunda habitação só de férias; falo também na habitação da pessoa que está a viver menos bem em alguns territórios e em alguns países, sobretudo europeus, da Europa ocidental, que estão a viver menos bem ou estão a fazer mas poupança justamente para acautelar a sua aposentadoria.

Então, impacto é muito grande, é muito grande.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias**: — Tendo em consideração que a avaliação e a importância que faz das segundas habitações é total relevância, pergunto-lhe se entende que tudo deveria ou deverá ser feito para que elas sejam recuperadas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Com certeza!

Eu diria que há segundas habitações que são primeiras habitações. Endende? E ao dizer isto não quero deturpar o conceito de primeira e de segunda habitação, mas a importância da segunda habitação é de tal ordem, é fundamental que... Foram as poupanças que as pessoas fizeram a vida toda e elas hoje passam cá férias, porque não podem vir para cá no nosso território, porque não há trabalho se não lá estariam... É lá que essas pessoas têm a casa que qualquer um de nós faz um empréstimo e casa com o banco a vida toda para ter uma casa para deixar para os nossos filhos. Essas pessoas estão a fazer exatamente isso com as suas próprias poupanças e vivendo menos bem durante a sua vida ativa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **João Dias**: — Concordamos com essa apreciação.

Disse aqui que em todos os concelhos houve apreciações – aliás, interpretações, foi a palavra que usou – de normativos seja de leis, seja de resoluções do Conselho de Ministros, seja de regulamentos, seja do Fundo REVITA, etc. de várias origens e houve aqui uma diferença de interpretação.

Considera que a interpretação que foi feita no concelho de Pedrógão é errada, relativamente à reconstrução das segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Eu posso considerar, eu espero é que se decida se foi mesmo e isso é em tribunal que se vai decidir...! É uma questão

que chegou ao limite de ser qualificada como crime... Espero que sim! E creio que, sim, houve uma interpretação forçada do que não estava lá escrito.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **João Dias**: — Pode identificar-me em qual normativo se pode tirar a conclusão de que as segundas habitações não deveriam ser reconstruídas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Eu não quis dizer que as segundas habitações não deveriam ser reconstruídas. A questão era a prioridade: primeiro, primeiras habitações e depois... Aliás, há um documento, que não se se é do Ministério Público – e corrijam-me se não for – ou do Tribunal de Contas que dizia que tão pouco deveriam ter sido recusadas as candidaturas a segundas habitações, ou seja que a Comissão Técnica do Fundo REVITA não deveria ter recusado o formulário das segundas habitações.

O que aconteceu foi uma questão de priorização, ou seja, deveria ter sido a reconstrução das primeiras habitações e, depois, das segundas habitações.

Agora, voltando à questão de se elas deveriam ser construídas, sim; se a questão de atirar isso para os municípios e para o Fundo de Emergência Municipal causa uma diferenciação na perda, acho que sim, claro que sim. Agora, se o orçamento vindo da solidariedade, vindo do Estado suportava ou não a reconstrução das segundas habitações, isso não sei, mas acho que é facilmente calculável. Eu é que não sei.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias**: — Então, para que fique claro, gostaria de dizer que a interpretação que o PCP faz é que, de facto, houve uma prioridade, no sentido de que deve ser priorizada a primeira habitação, sempre o dissemos, porque quem ficou sem teto teria uma prioridade relativamente a quem tinha uma segunda habitação e tinha um teto primário, ou seja, uma habitação permanente não atingida.

O que é preciso que fique aqui claro é o seguinte: disse que houve no concelho de Pedrogão uma interpretação diferente do que aconteceu relativamente à prioridade e não relativamente ao facto de as pessoas terem ou não direito a verem reconstruídas as suas segundas habitações? Foi só uma interpretação diferente relativamente à prioridade.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Acho que sim.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **João Dias**: — Portanto, na gestão de todo esse processo o único erro que identifica é, precisamente, esse relativo à prioridade da reconstrução das segundas habitações?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Não tenho dúvida que as segundas habitações, quer pelo regulamento quer pela necessidade concreta, que já referi, deveriam ter sido reconstruídas pelo Fundo REVITA, digamos que, por todo esse chapéu que se criou.

Mas, na minha opinião, e não tenho grandes dúvidas sobre isto, obrigatoriamente eram as primeiras habitações e nunca uma segunda antes da primeira. Depois lá iríamos às segundas e aí descobriram uma fórmula de como é que seriam as prioridades das segundas habitações... Tudo vai passar por isto: o dinheiro dava ou não dava? Era suficiente ou não?

Eu ainda gostava que alguém me respondessem a isso, porque o orçamento foi feito para todos os prejuízos... Entende? Havia orçamento para a globalidade das habitações, primeiras e segundas, ou não? É porque se houvesse, isso ainda piora a questão, ainda é mais grave.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Dias: — Tanto quanto ouvimos, ainda restam verbas no Fundo REVITA. Tanto quanto sabemos, e nos foi dito por um depoente, ainda restam verbas no Fundo REVITA e algumas segundas habitações ainda estão por reconstruir. O Fundo REVITA foi constituído por donativos e, tanto quando depois fui informado, também foi constituído por financiamento da Segurança Social na ordem dos 2,5 milhões de euros.

Toda esta ideia que foi criada... Tivemos aqui o Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos que nos disse que teve poucas segundas habitações que se perderam e que a população não quis aceder aos apoios.

Entende ou seba que toda esta ideia de que houve um aproveitamento desta situação, desta catástrofe, tenha levado a que algumas, mesmo tendo direito a apoios, se possam ter retraído e não ter querido aceder a esses apoios para que não fossem também elas catalogadas e envolvidas nesta neblina de suspeita, que foi criada relativamente à recuperação das segundas habitações?

O Sr. Presidente: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Julgo que não, julgo que não houve reticência das pessoas, dentro do meu conhecimento.

Como disse, o levantamento foi para todos, o levantamento dos prejuízos foi global, e quando as casas começaram a construir-se e começaram a falar sobre quem é que... O Fundo era o mesmo, mas quando se começou a falar sobre qual a entidade que ia fazer a gestão da obra, do projeto, a conversa com os proprietários, essa questão das casas não se colocava e cada um geria isso diretamente com a sua entidade e isso não se colocava... Então, dizer que as pessoas se podiam se sentir retraídas de... Não, porque as casas já estavam todas sinalizadas, e essa questão não se colocava.

Se, depois, no fundo municipal, com o município, com as segundas habitações, acho que essa questão não se coloca, porque já é outra fase... Ou uma pessoa, o beneficiário, tinha algum suporte, pois a ajuda era muita pequena... E é diferente para cada município, pois cada município depois faz da sua forma e dificilmente as pessoas vão avançar, porque o prejuízo é muito grande na segunda habitação... É quase uma primeira habitação, em termos do que lá está; se calhar, até melhor.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias**: — Posso entender pelas suas palavras que se o processo tivesse sido centralizado teria sido melhor gerido?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Penso que sim. São experiências... Que fique para o futuro, que estejamos aqui a falar de lacunas e que, daqui para a

frente... Eu acho que, sim, o processo devia ser centralizado. Agora, onde? Na CCDR? Como? Essa é uma questão que esta Comissão pode muito bem levantar e apurar.

Eu não sei, mas nós já tivemos duas experiências: uma, que foi múltipla, que era o Fundo REVITA com várias entidades lá dentro que depois eles iam selecionando quais eram as casas que... Aliás, até houve trocas, ou seja, houve situações em que, por exemplo, a Cáritas terá dito à Santa Casa: «fiquem vocês com esta casa...», «agora devolva-nos esta...» Chegou a haver isso, mas lá se coordenaram e se acertaram. Creio que a entidade chapéu terá falhado ali em alguma coisa...

Em outubro ficou tudo concentrado na CCDR. Eu acho que também da experiência e do *feedback* que tivemos, também não funcionou bem, não está a funcionar bem.

E o IHRU, seria a entidade mais correta, a que tem *know-how* na matéria, que deveria ficar com esta processo? Também coloco uma questão: quando foi dos fogos na Madeira? Está tudo atrasado! Muito atrasado! Desculpem, mas temos de ver esse lado, com toda a franqueza... Quando foi de Monchique? Também está atrasado, segundo sei, mas posso estar enganada... Agora, porquê? Porque, se calhar, a entidade que mais sabe do assunto para não haver deslizes e erros também atrasa o processo, porque quer estar mais munida de certezas. Isto digo eu...

Mas, então, como superar isso? Colocar o IHRU de parte? Acho impossível, mas acho que tem de ser mais ágil, mais rápido. Eu não tenho resposta para isso; agora, o que sabemos é que perante as tragédias todas que aconteceram se, olharmos para todas, vemos que Pedrógão foi a mais rápida, certamente.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias**: — Dr.^a Nádia, deixe-me que lhe diga que quem tem telhados de vidro não joga pedras ao ar e, se calhar, o Sr. Ex-Presidente do IHRU fez precisamente isso.

Passando para outras áreas, porque já falámos muito da questão das segundas habitações e da sua relevância, e embora a questão da segurança não conste do objeto da Comissão de inquérito, a verdade é que o PCP entende que a segurança é um apoio – aliás, verificou-se a perda de vidas humanas que está relacionada com as questões de segurança.

Nós achamos que a segurança é um apoio e, portanto, pergunto-lhe que melhorias é que, entretanto, se verificaram. Houve, por exemplo, o Programa Aldeia Segura e, em concreto, gostaria de lhe perguntar que conhecimento tem do resultado da implementação destes programas, ou de outros, e se houve ou não melhorias de segurança para a população.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr.^a Doutora.

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Tirando a questão do apoio direito aos familiares das vítimas mortais e dos feridos a questão da segurança é a que mais nos toca e é aquela, relativamente à qual, nós, enquanto Associação, mais nos debruçámos, e falamos da segurança, sobretudo das pessoas, mais do que a segurança dos bens.

O Programa Aldeia Segura, não é importante quem teve a ideia, isso não é relevante, mas nós batemos logo nesse programa. Perguntámos: é aquilo que nós precisamos? Já tinha havido nos fogos anteriores algo parecido com isso. Mas isso era o quê? E isso vem no seguimento do que já falei. Era a entrega de equipamentos? Entregavam-se os equipamentos, mas as pessoas não tinham formação... Depois, houve aquela ideia de formar unidades locais de proteção civil, que é algo que existe e que pode acontecer, mas as pessoas também não querem comprometer-se a esse nível.

Então, pensamos fazer algo informal, iríamos tatear isso e quando tivemos um congresso em 14 de outubro... Não imaginávamos, ninguém imaginava, embora soubéssemos que um dia aquilo iria voltar a acontecer, que iria ter lugar uma tragédia como a que aconteceu, nos mesmos moldes, o que, mais folego nos deu na questão da segurança.

O Projeto Aldeia Segura, ou Pessoa Segura, ou chame-se lá o que se chamar, nós chamamos Aldeia Resiliente, porque segura para nós, esse nome, dava a ideia daquilo que não é... Seguro não há porque risco há sempre mas, tudo bem, é mais rápido de falar, tudo bem Aldeia Segura, tem de continuar, tem de melhorar, tem de vir para a população. Ainda estamos muito na questão de que as entidades públicas é que são responsáveis; a população também tem de ser envolvida nesse processo.

Fizemos esse projeto-piloto, está inacabado, alias, gostaria que a academia pegasse nele, juntamente com a Proteção Civil – há tantas escolas de Proteção Civil –, mas sempre na ótica da população, que se despegasse um pouco da ótica segundo a qual os bombeiros é que são responsáveis. Eles são responsáveis, mas no papel deles. Mas como é que a população deve reagir e o que é que deve saber? Muita coisa!

Tínhamos reuniões com a AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais), ou, quando a AGIF ainda não existia, com os órgãos não-governamentais que, depois, dariam origem à AGIF, e foram muito frutíferas. Muitas coisas surgiram dali.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias**: — Estes incêndios tiveram uma característica diferente da de todos os outros, com um grande sofrimento humano, mas quase que podemos dizer que era uma catástrofe anunciada, tendo em consideração o ciclo de despovoamento, de abandono dos territórios, de

exigência que se possa gerir a floresta sem rendimentos, de exigência que se possa fazer a manutenção da floresta sem pessoas – não é possível! –, sem agricultura, mesmo a pequena agricultura, devido ao ataque à pequena agricultura por parte de políticas que foram sendo seguidas e que são difíceis de reverter.

Mesmo por isso, o problema nunca será resolvido num ano ou dois. Os Governos, todos eles, têm criado a ideia de que «agora é que estamos no caminho certo e já está resolvido o problema», mas não é possível, de um dia para o outro, da noite para o dia, ou de um ano para o outro, resolver um problema com uma complexidade destas.

Uma das questões pelas quais mais nos batemos tem a ver com os serviços públicos. Foram serviços públicos que se foram perdendo nos territórios ao longo dos anos, serviços públicos determinantes e fundamentais para que as pessoas lá se mantenham.

Pode identificar que serviços públicos, neste momento, já foram retirados e que fazia muita falta serem retomados e entregues àquela população? Que serviços públicos estão na iminência de se perder, desde a saúde, a educação, a justiça, enfim, em várias vertentes de serviços públicos, decisivos e fundamentais para essa população? Ou poderiam ser novamente implementados, com outras condições, para manutenção e captação de pessoas para o território?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Nádía Piazza.

A Sr.^a Dr.^a **Nádía Piazza**: — São apreciações minhas, particulares, de quem já vive naquele território – e há pessoas que vivem há muito mais – e tem um sentido crítico sobre isso.

Só para fazer um aparte, em relação ao que disse sobre os sucessivos regimes, julgo que o que faltou foi um pacto de regime sobre esse assunto. Posso estar a falar de uma coisa que não percebo totalmente, mas quando um Governo diz que vai fazer assim... Eu pergunto-me: isso deveria ser um compromisso transversal para décadas e consensual, com todos a rumar para o mesmo lado?

Não sei se nós não perdemos essa oportunidade de ter havido um pacto de regime nessa matéria, não só para evitar essa tragédia dos incêndios, mas para motivar o interior. Porque, agora, devido à pandemia e à grande quebra que estamos a ter, e ainda vamos ter, na nossa economia, vamos ter uma grande tranche de dinheiro para o nosso País. E, se tivéssemos pactos de regime em certas áreas, seria altura de, consensualmente, isso atravessar Governos, fosse um Governo ou fosse outro... E julgo que se perdeu uma oportunidade nesse aspeto.

Relativamente à questão dos serviços públicos, eu começaria pelos serviços que, na minha opinião, mais impacto têm no território. Por exemplo, zonas agrárias. Nós tínhamos zonas agrárias do nosso território. Foram dos primeiros serviços que desapareceram. Como é que se pode querer que as pessoas recorram a fundos comunitários... Aqui, em Portugal, tudo recorre a fundos comunitários, que é outra coisa que, à exceção da Europa, noutro lado do mundo, não existe. É tudo privado. Mas nós temos essa vantagem, temos a vantagem de ter fundos comunitários – também somos contribuintes líquidos para isso –, mas as pessoas, na nossa realidade, são microproprietárias, têm propriedades minúsculas. Depois, não havendo uma zona agrária, uma entidade que até coordene os próprios agricultores, que são micro, isso perde-se! Ainda estive lá, quando a zona agrária ainda estava aberta, mas depois fechou. Com a Direção-Geral de Florestas, passou-se a mesma coisa, encerrou.

A educação, sem sombra de dúvida, sobretudo com os agrupamentos, ou seja, quando se estabeleceu aquele mínimo de alunos por turma... Só que isso, na nossa realidade, é impensável: nós temos turmas muito pequenas. Quando se fecham as escolas estão-se a mandar as pessoas embora, porque, quando se manda um filho para longe, está-se a mandar também uma mãe para longe. Ela vai procurar emprego mais perto de onde houver estabelecimento de ensino. E sabe-se que, para fixar uma população, deve-se fixar a mãe e os filhos. Isso é matéria dos livros: para fixar uma população, deve-se fixar essa figura, porque, depois, o homem é mais móvel. A mulher também, só que, tradicionalmente, assume mais essa responsabilidade ou quer assumir. Querem fixar a população, fixem as mulheres!

Querem interior? Querem mulheres? A nossa entidade patronal, na nossa realidade, são câmaras municipais e a Santa Casa da Misericórdia. Tudo o resto está na iminência de fechar!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Doutora.

Não obstante o sorriso do Sr. Deputado João Dias, não lhe vou devolver a palavra, pois já excedeu o seu tempo.

Terminamos assim a primeira ronda e vamos passar à segunda ronda com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Antes, porém, faremos uma suspensão dos nossos trabalhos por 5 minutos.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos retomar a nossa audição, com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Passos.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, saúdo a Dr.^a Nádía Piazza e reitero-lhe os agradecimentos do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e os meus próprios, por estar aqui hoje e por todos os contributos que trouxe a esta Comissão. Aproveito, também, para manifestar a nossa total solidariedade para com as populações afetadas.

É nossa intenção procurar o cabal esclarecimento de quaisquer situações duvidosas ou geradoras de desconfiança. Obviamente, qualquer situação que gere dúvida deve ser clarificada e, comprovadas situações de ilegalidade, essas deverão ser tratadas pelos meios oficiais, a fim de se responsabilizar os infratores.

Dr.^a Nádía Piazza, ao longo da primeira parte da reunião da Comissão, falou em termos muito genéricos relativamente à distribuição dos donativos. Mas, nesta Comissão, compete-nos apreciar a atuação do XXI Governo Constitucional, no que respeita ao processo de atribuição de apoios, na sequência dos incêndios rurais ocorridos em 2017 e não os compete apreciar a atuação das entidades privadas, nem mesmo das câmaras municipais, que, aliás, já são fiscalizadas pelas respetivas assembleias municipais.

Assim sendo, pretendemos manter o foco no objeto desta Comissão, que é, precisamente, a apreciação do processo de atribuição de apoios à recuperação de habitações, de empresas, de equipamentos, públicos e privados, e da reposição do potencial produtivo na região na sequência dos incêndios rurais ocorridos em 2017.

De acordo com o *website* da Associação, esta assumiu-se, no terreno e junto das pessoas afetadas, como referência e ponte de diálogo construtivo com os poderes públicos e com a sociedade civil. A Associação tem tido uma atuação em todas as áreas que requerem intervenção e, no fundo, de assistência às populações atingidas. Logo, podemos concluir que existia uma ligação estreita entre a Associação e as populações afetadas.

Assim, gostaria que me esclarecesse uma questão: tem conhecimento do número de casas que foram sinalizadas pelo Ministério Público? Sabe que foram sinalizadas seis casas em 100 casas atribuídas ao Fundo REVITA? Considera que temos, aqui, uma baixa taxa de execução? Como avalia este processo?

De acordo com uma notícia da *Lusa* (Agência de Notícias de Portugal), de 11 de setembro de 2018, a Sr.^a Presidente enviou uma carta, de que já aqui falou, sobre mecanismos de transparência na solidariedade, que, salvo erro, foi o termo utilizado, à Câmara Municipal de Pedrógão Grande e uma outra à CCDR Centro a solicitar esclarecimentos, no seguimento da divulgação de uma reportagem na comunicação social.

O facto da Associação ter levado mais de um ano a agir ou a enviar estas cartas...

A Sr.^a **Nádia Piazza**: — Desculpe, não estou a perceber...

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — A Sr.^a Doutora rReferiu, há pouco, que tinha recebido algumas queixas por parte dos associados que falavam, mas que não quis expor e não expôs. Mas porque é que só enviou essas cartas passado mais de um ano, só depois da comunicação social ter vindo falar nessas questões?

E, continuando com essa questão das reportagens e da comunicação social, tem conhecimento de que houve uma outra reportagem – não a reportagem que mencionou aqui, por parte da jornalista Ana Leal, mas por outra jornalista – que demonstrou uma abordagem diferente?

Temos aqui, então, duas abordagens públicas sobre a mesma questão. O que nos tem a dizer? Como avalia essas duas abordagens diferentes? Qual a sua apreciação a essas duas abordagens diferentes?

Para além das queixas, recebeu alguma denúncia concreta por parte dos associados? Se sim, encaminhou-as para as entidades competentes? O que aconteceu?

No *website* da Associação, na seção «cronologia», também refere-se que no sábado 16 de junho de 2018 realizou-se um balanço da ajuda do fundo de apoio às populações e à revitalização das áreas afetadas. Quais foram as conclusões desse balanço? Nessa reunião de balanço, não teve oportunidade de falar sobre essas queixas por parte dos associados?

Numa entrevista, também referiu que a Associação reuniu com a Comissão Técnica duas vezes ao longo do processo de distribuição dos apoios. Houve alguma troca de informação no sentido de esclarecer as suspeitas de irregularidade na construção das habitações?

À propósito da transparência das atribuições, os critérios do Fundo REVITA foram muitas vezes aqui referidos como sendo muito importantes, porque permitiam clarificar as ações de quem tinha de ser apoiado. No entanto, quando se referiu aos apoios agrícolas acima dos 5000 €, através de fundos comunitários, pareceu-me não ter considerado bem que as pessoas tivessem de estar coletadas para poderem apresentar candidaturas. Como sabe, os fundos comunitários têm regras muito apertadas de modo a uniformizar e a tornar as regras mais transparentes, no fundo, a tornar o processo mais transparente.

Não coletar estas pessoas que se queiram candidatar aos fundos comunitários acima dos 5000 €, não será uma forma de tornar o processo opaco e pouco transparente?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Antes disso, de passar a palavra à Sr.^a Deputada Ana Passos, há pouco pareceu-me que a nossa depoente tinha uma dúvida relativamente a uma das suas perguntas.

Só para esclarecer a pergunta, que dizer-nos qual era a sua dúvida, Sr.^a Dr.^a Nádía Piazza?

A Sr.^a Dr.^a **Nádía Piazza**: — Em relação à seção «cronologia», quando se referia uma reunião de balanço, poderia repetir a pergunta?

Quanto às duas reuniões com a Comissão Técnica, poderia referir as datas? Como é que está escrito, porque, efetivamente, não estou recordada.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Relativamente à seção «cronologia», a reunião é datada de 16 de junho de 2018 e diz-se que se tratou de uma reunião de balanço da ajuda do Fundo de Apoio às Populações e à Revitalização das Áreas Afetadas pelos Incêndios, na sede da Associação, com a presença da Fundação Calouste Gulbenkian, Caixa Geral de Depósitos, The Navigator Company, AltriFlorestal, Collège Anatole France, entre outras entidades.

A outra questão tem a ver com uma entrevista que deu a um jornal em que afirma que reuniu duas vezes com a Comissão Técnica do Fundo REVITA.

O Sr. **Presidente**: — Muito brigada, Sr.^a Deputada, penso que a nossa depoente já esta esclarecida. Terá sido uma entrevista em que diz que reuniu duas vezes com a Comissão Técnica do REVITA.

Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Emília Cerqueira.

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr.^a Doutora, quero colocar mais duas ou três questões que na primeira ronda ficaram por perguntar por falta de tempo.

Contudo, quero começar com uma nota inicial, pois parece-me que, por vezes, há aqui uma tentativa de confundir realidades. Começo pela chamada purga ou quase perseguição às vítimas. Não é nada disso! A

verdade e a transparência nunca podem ser consideradas erradas ou usadas como bode expiatório para o que quer que seja.

A comunicação social e a verdade deve usar todos os meios ao dispor das partes para averiguar. Acresce que nas comissões de inquérito, como é o caso desta, estamos aqui para apurar responsabilidades políticas. Não somos um tribunal e, portanto, não estamos aqui para julgar crimes, assim o dita o princípio da separação de poderes e, portanto, as responsabilidades políticas são bem diferentes das responsabilidades judiciais que possam ter lugar.

Queria, então, deixar-lhe esta nota e também uma outra, pois parece que, por vezes, há confusão entre os donativos serem fundos privados e estes fundos de que aqui falámos, nomeadamente centrados no REVITA, serem fundos privados... Deixaram de o ser a partir do momento em que há um instrumento público e dinheiros públicos que estão a ser utilizados para ajudar a população.

A Sr.^a Doutora referiu aqui durante a primeira parte da sua intervenção que o dinheiro dos donativos deve ser tratado com especial cuidado – aliás, fazendo-me lembrar uma outra audição em que o depoente nos disse que o dinheiro dos donativos era sagrado, mais sagrado do que o dos impostos, porque ele é dado de entre a possibilidade de cada um e a sua boa vontade.

Esta falta de transparência, sendo que... Quando disse que estes dinheiros foram dados eu gostava que comentasse, dentro do seu conhecimento, o seguinte: inicialmente, tivemos apoios que foram dados, essencialmente, à reconstrução e para a ajuda às necessidades das pessoas por tudo o que ficou destruído pelos incêndios.

No entanto, surpreendentemente, verificamos que cerca de 58% destes fundos foram para a agricultura e não para a ajuda à reconstrução das habitações e à reposição do potencial produtivo.

Pergunto se, no seu entendimento... Aliás, no relatório do Tribunal de Contas – e, às vezes, parece que é muito desagradável falarmos dele, mas, se

calhar, era bom que se fosse ver – consta na página 13 que: «A definição dos critérios e requisitos para o acesso ao Fundo REVITA e para a concessão de apoios não foi suficientemente participada e transparente, foi imprecisa, e não se focou integralmente nas necessidades sociais e foi objeto de alteração durante o processo.» Isto consta do relatório do Tribunal de Contas.

Diz-se ainda, claramente, que não se percebe muito bem como é que estes fundos, não havendo grandes critérios de explicação, foram canalizados, mais de metade deles, para a agricultura.

Dito isto, pergunto: considera que os fundos do REVITA, na sua totalidade, acabaram por ir ao encontro daquelas que eram as maiores e mais prementes necessidades das populações, ou, pela forma como foram utilizados para que não se utilizassem fundos públicos, que existem também para fazer face a essas situações, acabámos por ter muitas pessoas destas regiões duplamente prejudicadas, porque não tiveram as ajudas a que teriam, de facto, direito até por outros meios e também porque com esta opção fez-se com que a priorização das habitações, inclusive das segundas habitações tão fundamentais, acabasse por ficar para trás por ausência de fundos que, a não ter sido assim, poderiam ter sido aplicados e poderiam ter feito face a todas estas necessidades de reconstrução.

Há uma outra situação que nos continua a preocupar e que tem a ver com os cerca de 800 000 € do Fundo REVITA que continuam por atribuir, como consta dos relatórios e também foi aqui já referido pela sua sucessora que disse que havia ainda cerca de 800 000 €.

Sabe por que razão é que esta verba ainda não foi atribuída, sendo esse montante maioritariamente doado pela sociedade civil, o que é muito importante, quando já passaram três anos após a sua atribuição? Qual a sua opinião sobre a forma como deviam ser aplicados estes fundos para que, de facto, se fosse ao encontro das necessidades das populações afetadas e que

ainda veem a sua vida sem esperança nem projeto de futuro fruto o que lhes sucedeu há três anos? E, já agora, sabe a quem cabe a sua atribuição?

Vou mesmo terminar, para que não haja uma terceira ronda – e peço-lhe esta tolerância –, não para lhe colocar mais perguntas mas, sim, para lhe deixar uma nota que não posso deixar de fazer e que na primeira ronda não tive tempo para o fazer.

Quero agradecer os seus esclarecimentos e a forma como sem medo nos disse aquilo que sabe, porque é para isso que aqui está, para dizer o que sabe e não aquilo que pretendem que diga nem para encobrir aquilo que acham que não deve ser dito. Está aqui para dizer o que sabe e é isso que é fundamental.

É, pois, isso que lhe agradeço, que tenha vindo aqui dizer a verdade, a sua verdade, aquela que conhece.

Muito obrigada a bem-haja!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Eurídice Pereira inscreveu-se para que efeito?

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, gostaria que fosse distribuído ao PSD o artigo 16.º do Regulamento do REVITA onde se refere, claramente, como é que os apoios em dinheiro deviam ser utilizados para além das habitações, como todos sabemos.

Desse artigo consta a alínea c) onde se pode ler que: «Atribuição de apoio a outras necessidades devidamente identificadas, não cobertas por

medidas de política pública, (...)», daí a questão que a Sr.^a Deputada acabou de referir, da agricultura.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, creio que o documento já está na posse do PSD, recomendo a sua leitura.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Dias, do PCP.

O Sr. **João Dias**: — Sr. Presidente, antes de ir direto às questões, quero deixar aqui uma apreciação, uma vez que, ao longo das nossas audições, e esta é a 14.^a audição que estamos a fazer, e teremos ainda muito mais para ouvir, há uma ideia que se tem vindo a desvanecer e que foi criada em redor desta Comissão, que é a ideia da fraude, da corrupção, das más intenções. Felizmente, esta ideia tem vindo a desvanecer-se — aliás, certamente que a Sr.^a Doutora conhecedora daquele território e daquelas gentes deve ter uma ideia, uma apreciação e uma avaliação daquela gente, que é gente séria não é gente que tenha estas más intenções.

No que respeita a todo o processo, entendemos que há aqui áreas que estão por apoiar ou que foram deficitariamente apoiadas, nomeadamente a preservação do território, pois estamos a assistir a uma floresta que estava desordenada e que desordenada continua e, neste momento, com avanço muito considerável das infestantes, da regeneração natural, a reposição do potencial produtivo, a que a Sr.^a Doutora já aqui fez referência...

O PCP tem a ideia de que foram as perdas que se ajustaram às ajudas e não as ajudas que se ajustaram às perdas que as pessoas tiveram. Esta é uma ideia que gostava que comentasse, ou seja, se foram as perdas que se ajustaram às ajudas e não as ajudas que se ajustaram às perdas efetivas e reais.

No que à reposição do potencial produtivo, teve os seus obstáculos e as suas dificuldades, também houve perdas de rendimentos, porque muitas

peessoas nem percebem o que é isto da diferença entre perdas de rendimentos e a perda do potencial produtivo. Por exemplo, uma oliveira que arde e que, vamos supor, estava a produzir 15 quilos de azeitona quando ela é repostada é entregue uma outra que é plantada e até que esta venha a produzir o mesmo que a anterior isso leva, vamos supor, três ou mais anos e durante esse tempo não se vê rendimento nenhum. Aquelas pessoas durante aquele período e até agora houve algumas que não tiveram rendimento nenhum e que não foram apoiadas.

Depois temos a recuperação dos terrenos... Enfim, temos várias áreas que não foram cobertas, mas aqui há uma questão que também quero deixar que é a seguinte: tendo em consideração que até foram acompanhando de perto, com reuniões, e com todo o elenco da vossa fita do tempo, no fundo, que têm no *site* da Associação, considera que houve uma divulgação apropriada dos mecanismos de apoio, ou seja, foram suficientemente divulgadas as formas? A informação chegou devidamente à população e às vítimas? Que entidades asseguraram essa divulgação?

O Sr. **Presidente**: — Terminada que está a segunda ronda, dou a palavra à Sr.^a Dr.^a Nádía Piazza para responder a este conjunto de perguntas.

A Sr.^a **Nádía Piazza**: — Muito obrigada.

Relativamente à questão de saber se tive conhecimento da sinalização das casas pelo Ministério Público, eu tive conhecimento da última peça produzida pelo Ministério Público, já há algum tempo que a li e tive conhecimento. Inclusivamente, a Sr.^a Procuradora chamou-nos para... Lá está, a nossa boa-fé e a nossa vontade de poder contribuir fui tão... Nós contribuimos imenso com a PJ nas investigações na questão do incêndio, de forma que as pessoas nem supõem, tal como trabalhámos com o Ministério Público e com a PJ.

Quando foi da questão das casas nós lá estivemos, fomos chamados, para nos darem um ponto de situação do processo, de onde estávamos e para nos dizerem que, de facto, havia matéria para isso.

Se só seis casas é que pertenciam ao Fundo REVITA eu tenho dificuldade em perceber... É sobre seis casas que foram suportadas pelo Estado? E isso? É que o REVITA é aquele chapéu em que todos os protocolos fazem parte do REVITA. Há um protocolo assinado entre as entidades e depois aquela Comissão Técnica que analisou, fez parte, mediante o regulamento e... Se eram casas da solidariedade, fossem da Cáritas ou da Gulbenkian, que eu tenha conhecimento, há um protocolo que foi assinado entre o REVITA e essas instituições e, portanto, os instrumentos usados seriam ao coberto dessa regulamentação e daquela Comissão Técnica. Se não é assim não percebi bem.

Sobre as cartas enviadas e por que é que só enviamos um ano depois. Um ano depois do quê? Um ano depois do quê? Enviámos as cartas em setembro de 2018. As cartas eram para fazer um ponto de situação... Para já veio ao de cima a questão das casas, porque foi o que chamou mais a atenção... Eu faço aqui na carta – e poderá ver – um balanço do que foram as nossas reuniões e as nossas chamadas de atenção relativamente à necessidade de interpretar... E isto aconteceu logo em setembro, essas reuniões aconteceram, logo antes da nossa constituição, junto do Fundo REVITA, que já existia, e muito bem, e do Governo.

Fizemos chamadas de atenção para a transparência, não se falava ainda em casas... Nós estávamos acompanhando a questão da transparência em toda a questão da gestão dos donativos.

Agora, quando explode a questão das casas, porque foi o que mexeu mais na população, isso só explode quando as casas já estavam de pé. Foi quando elas já estavam de pé, porque ninguém sabia, porque não havia nenhum mecanismo, nenhuma transparência, nenhuma placa, não havia

nada, a dizer quem era o dono da obra, o beneficiário... Isso demorou um tempo infinito e depois ver a casa de quem não mora lá é construída e depois, outro que mora lá, que tem uma casa, o pai que também mora lá, o tio que também tem uma casa, que estão nas mesmas condições e não é construída. Foi quando isso veio ao de cima, quando as casas já estavam prontas, de pé, é que as pessoas começaram a colocar a questão. Mas o meu tio que está em França não tem a casa dele reparada, mas aquele e não sei quê tem uma casa reparada... O problema não foi para as primeiras habitações; o problema foram as segundas e, logicamente, algumas das primeiras ficaram... Depois no pacote de casas que iam sendo reconstruídas algumas, eu diria, andariam mais rápido se não houvesse segundas. Eventualmente, era menos trabalho era mais disponibilidade de mão de obra.

Duas reuniões, que eu citei numa entrevista, de balanço com o Fundo REVITA. Ter-me-ei eu referido à primeira reunião que tivemos com o REVITA sobre a questão da transparência, será isso?

Nós tivemos muitas reuniões, vê-se pela nossa cronologia porque a nossa função era essa, nós não somos especialistas em nada, somos especialistas em tragédia, então a nossa questão era sempre pressionar e fazer uma pressão, um *lobby*, digamos assim, bom, legítimo, daí que a nossa cronologia esmiuçada em termos de reuniões que tivemos até chega a ser maçadora mas é uma forma de mostrar os trabalhos feitos.

Depois, quem tem de fazer é o Estado, são as entidades, não nos competia a nós tomar as rédeas e colocarmo-nos a fazer aquilo que não era o nosso *know-how* e isso era dinheiro mal gasto, porque quem não sabe fazer gasta muito dinheiro, então, nós não íamos começar a fazer projetos de agricultura... Também pensámos nisso, mas depois chegámos à conclusão que nós não tínhamos vida, não tínhamos cabeça para isso e não sabemos. Então, o que é que podemos fazer? Motivar entidades para fazê-lo e, então, fazíamos o papel de promotores.

Agora, não estou a conseguir identificar essas duas reuniões, porque aconteceram muitas. Se é a reunião da Comissão Técnica... Se me poder elucidar, daí eu consigo contextualizar.

A Sr.^a **Ana Passos** (PS): — Foi nesta entrevista à revista *Sábado* em 2019!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, só um segundo para fazermos chegar o documento à depoente.

Pausa.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Ah, não há nada como ler. Esta é a CTI, Comissão Técnica Independente, das investigações dos incêndios, não é a Comissão Técnica do REVITA. Não! Isso é outra vida que a Associação teve, que não é muito pública. Nós participávamos das investigações, nós mandávamos, a pedido, elementos, números de telefone das pessoas falecidas, porque elas fizeram pedido de socorro, para um processo que está em investigação relativamente ao socorro às vítimas, que não tem arguidos ainda e isso tem a ver com justiça.

Isso aqui foi com a Comissão Técnica Independente e consta no final do relatório que nós fomos ouvidos. Eu é que não estava a perceber.

Essa reunião de 16 de junho de 2018 com a Gulbenkian... Existia um fundo – é um documento público, nem foram eles que nos enviaram, eu encontrei na *internet* – com um nome bastante comprido, mas que envolve a Gulbenkian, a Navigator, a Altri, há também uma fundação de um casal luso-francês Marion, mas não me recordo do nome, eles estiveram todos na Associação e nós fizemos uma reunião de todas as entidades que eles apoiaram diretamente, mas não teve nada a ver com o REVITA, nada, aquilo

não era dinheiro do REVITA, era dinheiro desse fundo. Então, essa reunião teve lugar na Escola Tecnológica de Pedrogão Grande, foi fotografada, foi uma reunião muito produtiva. O projeto das Aldeias Seguras, os nossos projetos para os quais a Gulbenkian contribuiu, quando falamos na Gulbenkian queremos referir-nos a esse fundo maior, naquele dia, repito, fizemos uma reunião com todas as entidades que foram beneficiárias. É a essa reunião que se refere.

Os prejuízos que as pessoas tiveram, as perdas, foram apurados pela Direção-Geral de Agricultura e pelas outras entidades. Nós temos casos concretos de pessoas que faziam parte da direção, e eu vi as cartas, porque essas coisas são íntimas, onde se lia: «eu tive um prejuízo de 15 000 €». Mas depois chegaram à conclusão que não iriam pagar os 15 000 € e as pessoas receberam uma carta dizendo assim: «vocês agora têm de fazer uma opção: ou coletam, e daí entram no mundo dos fundos comunitários; ou, então, o Estado...» julgo que, até ao montante de 5000 €, foi fundo direto da segurança social, foi orçamento da segurança social «...a segurança social, paga».

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Era REVITA.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Ou seja, vinha do orçamento da segurança social.

Se me perguntarem se eu achava que havia menos transparência se o dinheiro viesse da segurança social ou viesse dos fundos comunitários, eu acho que não, acho que não poderia; agora, se o critério muda...

O que as pessoas tinham x oliveiras de produção, então o primeiro levantamento dos prejuízos focou-se naquilo que as pessoas perderam e que estavam a produzir na altura, ou seja, uma oliveira que já tinha x anos e tinha produção tal, aí chegava aos 15 000, aos 20 000 € de prejuízo.

Mas, depois, os serviços diziam que não dava, lá pelos motivos que eles entenderam, e então era avaliado o prejuízo por pé de oliveira, que era completamente diferente, pois dependendo do tamanho da oliveira era aquele preço, e já não estamos a falar de uma oliveira de produção nem tão pouco está lá incluído, muito menos, o período que a oliveira vai levar a crescer.

Eu acho que o dinheiro, venha do REVITA, venha dos fundos comunitários, se a transparência não é a mesma até devia ser maior. E acredito nisso, na transparência na aplicação.

Agora, pergunto: será que as pessoas aplicaram o dinheiro, efetivamente, para aquilo? Se fossem fundos comunitários tinham de aplicar diretamente naquilo. E aplicaram aqueles 5000 € diretamente para repor aquilo que perderam? Não sei! Não sei se há essa fiscalização e não sei se, tão pouco, deve haver essa fiscalização, porque está muito aquém daquilo que as pessoas perderam.

Sobre a questão do fundo comunitário e da coleta, nós estamos a falar de uma realidade de pessoas... Não é um pobrezinho coitadinho... era para produção de subsistência, mas aquilo que ele produzia, ele deixava de comprar e vendia também. Fazia o seu azeite, distribuía pela família ou vendia o excedente... Era agricultura mesmo básica.

Agora, se se fizer uma análise, que é a seguinte: então, eu vou preencher o formulário, por mais simples que seja, vou começar a coletar, logo disparam as campainhas todas, porque o Estado daqui a pouco vem com os impostos em cima e a pessoa pensa «mas eu nunca fiz isso, sempre foi agricultura de subsistência, o excedente eu trocava... As pessoas fazem muito isso, trocam com outro vizinho, que faz outra produção qualquer, aquilo que têm a mais, uma troca de géneros, ou distribuem entre a família. Ora, isto tem um valor financeiro, porque as pessoas não compram no supermercado. Isto para a nossa realidade tem muito valor, é uma economia. E com os animais? Aquilo dá para quanto tempo? É aquilo que a pessoa não

vai comprar ao supermercado, está a produzir ali e basta-lhe um punhado de farelo e de ração... Estou a falar de coisas básicas, mas é do básico que nós estamos a falar. Então, pergunto: vamos atirar esse universo de pessoas para os fundos comunitários como? Nem ninguém se quer meter nisso!

Relativamente 58% do REVITA que foi direcionado para a agricultura e não para a reestruturação das habitações, perguntou-me se eu acho bem ou acho mal. Sobre qual a minha perceção... Mas quem sou eu para achar alguma coisa?

A Sr.^a **Emília Cerqueira** (PSD): — Não sendo esse o objetivo!

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Eu vejo aqui a seguinte lógica, porque eu sou muito apologista da agricultura como motor de desenvolvimento e hoje até mais do que isso; a agricultura é uma questão básica, porque, quando se entra numa crise profunda e não há sustentação alimentar, é a tábua-rasa de um país. E nós temos países em que pode haver a crise que houver, mas em que produzem grãos, produzem alimento, produzem animais e tudo o mais e, então, esses países vão superar a crise de uma forma diferente daqueles que compram e que importam tudo. É uma questão estratégica.

Aquilo que ardeu foi sobretudo o quê? Árvores de produção, ordenadas ou não, pinheiros e eucalipto, que as pessoas vendem para depois puderem pagar prestações, empréstimos, é uma poupança. Isso entra no conceito de agricultura? Eu considero que sim, num conceito lato de agricultura, silvicultura, e aquilo de que estamos a falar sempre que é aquela produção que a pessoa, tendo aquela produção de animais, pecuária, de grãos, a pessoa deixa de comprar.

Para mim, essa foi a nossa maior perda, porque o levantamento chegou a essa conclusão, o próprio levantamento chegou à conclusão que a grande razia foi nas hortas. As casas também foram afetadas? Claro que sim, mas o

universo de pessoas afetadas pela perda de habitação foi menor do que o grande universo de pessoas afetadas nas suas hortas, digo eu. Por que é que o Fundo terá ido para esse lado? Porque aquilo afetou sete concelhos, ardeu tudo! Também arderam casas, mas o que é que ardeu mais? Ardeu território e ardendo território ardeu o quê? Arderam os pinheiros, os eucaliptos, as hortas, os animais, as máquinas agrícolas, os lagares... O nosso território é agrícola, seria estranho se fosse diferente.

Quantos aos 800 000 € que ainda existem no Fundo REVITA eu também não sei onde vão ser aplicados e também não sei por que é que está a demorar tanto tempo, mas também digo que mais vale pensar bem onde é que se vão aplicar os 800 000 €, do que estarmos aqui a... Três anos já é muito tempo, não percebo, mas alguém terá de explicar.

As pessoas são gente séria no território, sim. São lá como o são em qualquer outra região do País. Se algumas pessoas se terão aproveitado, eu diria que sim; agora, isso não me compete decidir, compete aos tribunais.

Relativamente às pessoas num raio de 20 km eu não consigo dizer «aqui estão portugueses menos sérios e aqui estão portugueses sérios». Sérios somos todos até deixarmos de ser, mas não há diferença nas pessoas; houve, nitidamente, aqui uma disfunção, mas, isso, repito, cabe aos tribunais decidir. Se vocês puderem sugerir alterações no futuro é excelente, pois evitar e prevenir é melhor do que combater, mas, infelizmente,... É a minha opinião, estou a manifestar a minha opinião.

Relativamente às áreas de apoio, nomeadamente para o território, leva muitos anos e perdemos a possibilidade de fazer um pacto de regime. Agora, vem aí uma quantidade de dinheiro muito grandes, mas, se calhar, não vai ... Entra outro Governo muda isso, não sei, é o nosso eterno problema.

A questão que eu coloco sobre a FlorestGal, que é aquela entidade que foi criada, é a seguinte: ou eu ando muito desatualizada, que também pode

ser, mas eu não sei o que é que a FlorestGal faz. Não sei! E gostaria de saber. Gostaria de saber o que a FlorestGal faz, quando vai fazer.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há quem diga que não faz nada!

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Acerca da questão da reposição do potencial produtivo, eu pergunto: mas qual potencial produtivo? Vamos repor o quê? O que é que vamos repor num território que já era por si deprimido e pobre? Vamos repor o quê? É por isso que mesmo a questão dos fundos comunitários na nossa região fica sempre muito aquém, porque nós não temos tecido económico, seja agrícola, seja empresarial. É muito deficiente o nosso tecido empresarial e, então, vamos repor o que não existia? É por isso que temos sempre taxas de execução baixas no nosso território. O importante era criar, não era repor o que já não havia!

Eu percebi a questão das oliveiras, mas a nossa agricultura é micro, micro, micro, micro agricultura, pecuária, silvicultura...

Sobre se houve uma deficiente divulgação dos apoios, acho que não, acho que as autarquias tiveram esse papel de divulgação, posso falar por Figueiró dos Vinhos em particular, e, repito, acho que isso não aconteceu, não me parece; o que me parece é que não temos tecido económico.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminámos a resposta à segunda ronda de questões e não há inscrições para a terceira ronda.

O Sr. Deputado Relator Jorge Paulo Oliveira pretende usar dos dois minutos que lhe são conferidos, pelo que tem, desde já, a palavra.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, gostaria apenas de precisar uma afirmação que a Sr.^a Doutora fez na primeira ronda de

intervenções e que tem a ver com os apoios que foram concedidos no âmbito daquilo que se designou por reposição e reparação das infraestruturas e equipamentos municipais.

A Sr.^a Doutora disse, a determinada altura, a expressão pode não ter sido exatamente esta, mas foi este o sentido, que o dinheiro que foi disponibilizado para este efeito foi muito pouco, era insuficiente.

Do ponto de vista documental, as informações de que dispomos é que este apoio atingiu os 14 milhões de euros num financiamento em que 85% das verbas eram provenientes do Programa Operacional Regional do Centro, ou seja, de verbas comunitárias, e os outros 15% era uma contrapartida nacional assumida pelo Fundo de Emergência Municipal. Mas o que aqui releva não é a proveniência do dinheiro mas, sim, a sua suficiência ou insuficiência.

Como a Sr.^a Doutora disse que o dinheiro era muito pouco tendo em conta os prejuízos em equipamentos municipais, a pergunta que gostava de lhe colocar é a seguinte: se o dinheiro era insuficiente significa isto que muitos equipamentos municipais – estradas, arruamentos, segurança rodoviária, edificações e construções municipais, viaturas, equipamento urbano, reservatórios de água, parques infantis – não terão sido apoiados na sua reconstrução. Ora, se não o foram quem é que pagou, então, essa reconstrução? Terão sido as câmaras municipais, ou essa reconstrução e essa reposição e essa recuperação acabaram por não acontecer porque as autarquias podiam não ter dinheiro suficiente para tanto.

É a pergunta que lhe deixo.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, tem a palavra para responder.

A Sr.^a Dr.^a **Nádia Piazza**: — Em qualquer obra pública que façamos, mesmo respeitando as regras de engenharia e de arquitetura, facilmente resvalamos para muitos milhares de euros.

Por exemplo, recuperámos um edifício de pneus degradado e fizemos uma coisa única em toda a região centro que foi um ninho de empresas Chave na Mão, uma coisa única, ou seja, tiramos o risco, a pessoa, em vez de comprar, arrenda – aliás, isto é uma coisa que já existe no norte, mas que na região centro ainda não havia público, havia privado mas não público.

Isto para dizer que qualquer obra desse calibre leva muito dinheiro, por isso 14 milhões de euros para aquele território é nitidamente insuficiente. Mas eu digo-lhe uma obra em que os municípios não utilizaram: nós passamos em estradas municipais, não posso ir para estradas da gestão, o senhor sabia que eu evito passar numa estrada municipal em que ainda estão lá as manchas dos carros ardidos?! E não é um nem dois...

Agora, o senhor acha que o município... Eu quero acreditar que o município não queira deixar aquilo assim, até pelo exemplo. A Estradas de Portugal fez uma pavimentação extensa, porque a estrada ficou degradada, o fogo roeu de tal ordem a estrada que tem mesmo de fazer uma decapagem e depois colocar um asfalto novo. No início a Estradas de Portugal teve a sensibilidade de perceber que não devia fazer a correção da estrada só no sítio onde o carro ardeu, porque perceberam que as pessoas ficavam mais traumatizadas e, então, fizeram numa extensão de modo a que aquilo passasse um pouco...

Agora, nós andamos em estradas de Pedrógão Grande, e digo Pedrógão Grande, porque a Associação ficava em Pedrógão e era para lá que eu me dirigia, onde as pessoas da minha família faleceram, ali na estrada nacional, e estão lá as marcas não daquelas pessoas, mas dos carros ardidos! Eu quero crer que se o município tivesse dinheiro teria feito obra pública ali.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a nossa audição de hoje está terminada, agradeço em meu nome, e em nome da Comissão, a presença da Sr.^a Doutora.

Peço desculpa por obrigá-la a reviver muitos momentos, muitos processos e muitas situações tão traumáticas como essas foram. Não existem realmente muitas palavras para lhe dizer, face à enormidade do que aconteceu, mas louvo a sua presença, o seu depoimento, a sua sinceridade, a sua verdade e a que viveu.

Desejo-lhe um bom regresso e muito obrigado.

Boa noite, Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos, amanhã continuaremos as nossas audições.

Eram 19 horas e 58 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.